

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO

EDUARDO RAUBER WILCIESKI

**FRAUDE À EXECUÇÃO: NOVOS CONTORNOS LEGISLATIVOS E A SÚMULA N°  
375 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Florianópolis

2016

EDUARDO RAUBER WILCIESKI

**FRAUDE À EXECUÇÃO: NOVOS CONTORNOS LEGISLATIVOS E A SÚMULA Nº  
375 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Motter Borges

Florianópolis

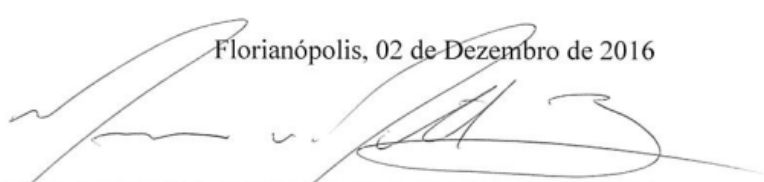
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

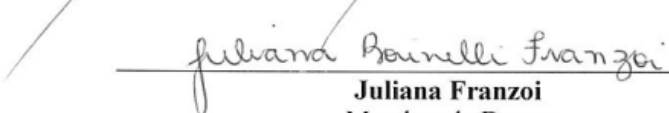
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Fraude à Execução: Novos Contornos Legislativos e a Súmula nº 375 do Superior Tribunal de Justiça”, elaborado pelo(a) acadêmico(a) Eduardo Rauber Wilcieski, defendido em 02/12/2016 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

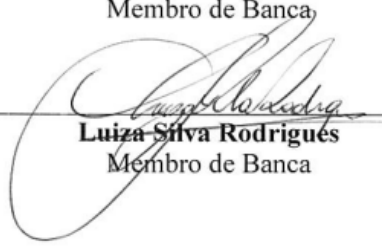
Florianópolis, 02 de Dezembro de 2016



**Marcus Vinicius Motter Borges**  
Professor Orientador



**Juliana Franzoi**  
Membro de Banca



**Luiza Silva Rodrigues**  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Eduardo Rauber Wilcieski  
RG: 9.370.845-8  
CPF: 054.413.789-21  
Matrícula: 12100105  
Título do TCC: Fraude à Execução: Novos Contornos Legislativos e a Súmula nº 375 do Superior Tribunal de Justiça  
Orientador(a): Marcus Vinicius Motter Borges

Eu, Eduardo Rauber Wilcieski, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 02 de Dezembro de 2016.

Assinatura manuscrita de Eduardo Rauber Wilcieski, escrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**EDUARDO RAUBER WILCIESKI**

## **RESUMO**

O presente trabalho propõe-se a analisar a figura da fraude à execução, enfocando-se no terceiro adquirente de bem alienado fraudulentamente, buscando-se definir em quais hipóteses estará ele de boa-fé, permanecendo na posse no bem, e em quais verá seu bem ser expropriado. Para tanto, será utilizado o procedimento monográfico, com o método de abordagem dedutivo, usando-se a técnica de documentação indireta, utilizando-se, principalmente, a pesquisa bibliografia e legislativa. Estrutura-se o presente estudo em três partes. No primeiro capítulo, serão expostos os fundamentos teóricos da execução civil e da fraude à execução. Já no segundo capítulo serão trabalhadas as fraudes patrimoniais propriamente ditas, dando-se enfoque à fraude de execução, expondo-se, também, os meios pelo qual o terceiro envolvido na relação fraudulenta pode se defender. No último capítulo, serão analisadas as alterações legislativas promovidas no ano de 2015, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça até o momento e as perspectivas advindas do confronto entre essas duas fontes. Busca-se, assim, investigar, com olhar crítico, quais as diretrizes aplicáveis a partir de agora, tanto para que o terceiro-adquirente possa fazer uma aquisição segura, quanto para que o exequente consiga proteger seu crédito contra a fraude à execução.

**Palavras-chave:** Direito processual civil; Execução civil; fraude à execução; averbação; terceiro-adquirente; boa-fé.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 – A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL E A EXPROPRIAÇÃO EXECUTIVA.....</b>	<b>10</b>
1.1 Responsabilidade patrimonial.....	10
1.1.1 Responsabilidade patrimonial e execução civil.....	13
1.1.2 Limites da responsabilidade patrimonial.....	14
1.2 Expropriação executiva.....	18
<b>2 - FRAUDES PATRIMONIAIS: A FRAUDE À EXECUÇÃO E SUA ESPECIAL GRAVIDADE.....</b>	<b>23</b>
2.1 Fraudes e responsabilidade patrimonial.....	23
2.1.1 Fraude contra credores.....	25
2.1.2 Fraude à execução.....	30
2.2 Requisitos para a caracterização da fraude à execução.....	34
2.3 Hipóteses de fraude à execução.....	36
2.3.1 Bem sobre o qual pende ação de direito real ou com pretensão reipersecutória.....	37
2.3.2 Averbação do recebimento da execução no registro público – a averbação premonitória.....	38
2.3.3 A averbação de ato de constrição de natureza judicial.....	39
2.3.4 Alienação na pendência de ação capaz de reduzir o executado à insolvência.....	40
2.4 Defesa do terceiro-adquirente.....	42
<b>3 - AVERBAÇÃO DO GRAVAME OU DA CONSTRIÇÃO, BOA-FÉ E CUIDADOS DO ADQUIRENTE – NOVOS CONTORNOS LEGISLATIVOS E A SÚMULA Nº 375 DO STJ.....</b>	<b>46</b>
3.1 Alteração do regime dos registros públicos promovida pela Lei nº 13.097/15.....	46
3.1.1 Inconstitucionalidade de medida provisória que versa sobre matéria processual e conflito de normas.....	49
3.1.2 A interpretação correta da Lei nº 13.097 sobre a fraude à execução.....	51
3.2 As diferentes redações do atual artigo 792 do CPC/2015.....	52
3.3 O enunciado sumular n. 375 do Superior Tribunal de Justiça e a boa-fé do terceiro-adquirente – evolução jurisprudencial.....	56
3.3.1 Tema repetitivo nº 243 do Superior Tribunal de Justiça: O julgamento do Recurso Especial nº 956.943/PR e regras para interpretação acerca Súmula nº 375.....	63
3.3.2 A posição do STJ e a da doutrina majoritária.....	66

3.4 Inovações trazidas pelo CPC/2015 e requisitos para a caracterização de fraude à execução na pendência de ação capaz de reduzir o executado à insolvência.....	68
3.4.1 Bens não sujeitos a registro – o dever de cautela do adquirente.....	69
3.4.2 Bens sujeitos a registro – a possibilidade, e não dever, de averbação.....	71
3.4.3 Os novos contornos legislativos e a jurisprudência do STJ.....	73
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

A tutela jurisdicional executiva já encontra, em seu curso normal, diversos problemas para sua efetivação, que vão desde o extenso rol de bens impenhoráveis até o moroso – e custoso – processo de expropriação e alienação. Entretanto, a situação piora, e muito, quando o devedor age de má-fé, praticando atos para dilapidar seu patrimônio, atingindo não só o direito do exequente como também o prestígio da jurisdição. Neste momento, então, surge a necessidade da forte reprimenda à fraude de execução, que prejudica exequente e Estado em um processo cuja eficácia é, no mais das vezes, já combalida.

Para aumentar a complexidade da questão, existe ainda outra figura na relação de fraude: o terceiro-adquirente de bem alienado em fraude à execução. Excluídas as hipóteses em que está de conluio com o executado para frustrar a execução, esse terceiro também é uma vítima, ao lado do Estado e do credor, dos atos fraudulentos perpetrados pelo devedor. A questão ganha ares dramáticos quando se percebe que terceiro-adquirente e exequente, ambos com direitos plenamente legítimos e dignos de proteção pelo ordenamento jurídico, estão em posições completamente antagônicas: apenas um poderá ter a posse sobre o bem, seja com *aminus domni* seja para expropriá-lo a fim de satisfazer um crédito.

Tendo em vista essas complexas questões, pretende-se no presente estudo delinear quais as normas aplicáveis, e em quais situações o ordenamento jurídico protege um ou outro dos interessados.

No primeiro capítulo serão abordados dois conceitos básicos, fundamentais ao processo de execução: responsabilidade patrimonial e expropriação executiva, dos quais o ato fraudulento busca retirar a efetividade. Objetiva-se, desse modo, demonstrar quais os fundamentos da existência da fraude à execução e quais os institutos prejudicados pelo ato fraudulento.

Para tanto, será devidamente abordado o conceito da responsabilidade patrimonial, sua importância como fundamento da declaração de fraude à execução, sua evolução histórica, sua correlação com o processo de execução, seus limites, tanto objetivos quanto subjetivos, e em quais hipóteses esses limites serão desconsiderados ou alargados. No mesmo capítulo, será também abordada a expropriação executiva como meio de execução, e de que maneira a fraude executiva lhe retira a efetividade.

Já no segundo capítulo serão abordadas as fraudes patrimoniais, dando-se enfoque à fraude executiva, seus requisitos e hipóteses, os danos que produz no processo de execução. Também será introduzida no presente estudo a figura do terceiro-adquirente de bem alienado



em fraude à execução e os meios de que dispõe para defender seu direito. Busca-se, desse modo, contextualizar e explicar a fraude à execução, com seus requisitos e particularidades, não se descuidando da figura do terceiro, que gera muitas discussões, tanto na jurisprudência quanto na doutrina.

A fim de explicar a fraude de execução, serão, primeiramente, expostas as fraudes patrimoniais de maneira genérica, abordando-se a fraude contra credores e a fraude executiva, para, então, melhor abordar a última, expondo seus requisitos e hipóteses mais detidamente. Por fim, será abordado o meio pelo qual o terceiro-adquirente pode defender a sua posse sobre o bem em disputa.

Por derradeiro, no último capítulo será abordada a questão central do presente trabalho: o terceiro-adquirente em relação à fraude de execução. Tem-se por escopo investigar a fraude através da ótica da existência ou inexistência de averbação no registro do bem – e a própria diferença sobre os regimes da existência ou inexistência do registro do bem – considerando os diplomas legais surgidos no ano de 2015 e, bem assim, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para identificar as hipóteses em que o exequente será protegido e, por outro lado, em quais situações o terceiro será privilegiado. Destaca-se, ainda, os requisitos para a ocorrência de cada uma delas.

Considerando as recentes modificações legislativas e a evolução jurisprudencial do STJ, tem-se por objetivo finalizar o presente trabalho identificando qual a situação atual da proteção do terceiro-adquirente, os seus deveres, a forma como é avaliada sua boa-fé, bem como os meios que o exequente possui para garantir seu crédito contra a fraude à execução. Além disso, objetiva-se entender quais os meios para uma aquisição segura, os quais se, não eliminam, ao menos diminuem, consideravelmente, a possibilidade da ocorrência de fraude à execução, garantindo-se, assim, ao adquirente segurança no negócio jurídico celebrado.

## 1 – A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL E A EXPROPRIAÇÃO EXECUTIVA

Inicialmente, é necessário ao presente estudo conceituar o instituto da responsabilidade patrimonial, pois é dela que o devedor que pratica atos fraudulentos pretende se esquivar. De igual modo, é importante, definir a expropriação executiva, que é um dos meios de se levar a feito a responsabilidade patrimonial, sendo que a expropriação é frustrada quando o devedor aliena seus bens fraudulentamente, prejudicando o credor.

Para tanto, inicialmente se estabelecerá o conceito de responsabilidade patrimonial, as condições de seu surgimento, sua evolução e correlação com a execução civil. Após, abordar-se-ão os limites, tanto subjetivos quanto objetivos da responsabilidade patrimonial e os casos em que podem ser extrapolados. Por fim, será abordado o conceito de expropriação executiva.

### 1.1 Responsabilidade patrimonial

Um dos conceitos basilares do processo de execução é o de responsabilidade patrimonial. Segundo tal conceito, positivado no Código de Processo Civil de 2015 – CPC/2015 no artigo 789<sup>1</sup>, o devedor responde com a totalidade de seus bens, sejam presentes ou futuros, pelas obrigações que vier a contrair, delimitando-se, assim, o aspecto objetivo da tutela executiva. Surge deste conceito, também, o brocado “o devedor responde pela dívida com a totalidade de seus bens”<sup>2</sup>.

Araken de Assis<sup>3</sup> entende que tal disposição legislativa representa importante evolução histórica do direito processual, pois rompe com as tradições romana e germânica, as quais impingiam ao devedor, ora executado, a responsabilidade pessoal por suas dívidas. Dissocia-se, assim, a partir desta evolução do processo executivo, a ideia de obrigação da ideia de responsabilidade.

Para fins de uma retomada história, importante frisar que essas tradições mais antigas, sobretudo a romana, usavam de coerção sobre a *pessoa* do devedor, e não sobre seus bens, em um sistema que hoje não possuiria outra definição que não cruel. De fato, nos primórdios de

---

<sup>1</sup>O art. 789 do CPC/2015 possui redação praticamente idêntica ao art. 591 do CPC/1973.

<sup>2</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Vol. III Execução Forçada, Processo nos Tribunais, Recurso, Direito Intertemporal**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 955.

<sup>3</sup> ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p.152.

Roma, a execução era um sistema privado e pessoal, da *manusinjectio*, no qual o devedor poderia escravizar, e até mesmo matar, o devedor<sup>4</sup>.

Com efeito, tais meios executórios continuaram a ser empregados nos séculos seguintes. Na idade média havia a coerção exercida pela ameaça da excomunhão, de grande poder, dada a influência das autoridades eclesiásticas. Tal cenário só mudaria definitivamente com o liberalismo, que implementaria a intangibilidade do “corpo” do devedor por suas dívidas<sup>5</sup>.

O Estado liberal, para o funcionamento do mercado que com ele surge, necessita que as obrigações possam ser convertidas em pecúnia, e satisfeitas por um patrimônio. A ideia de responsabilidade patrimonial, desse modo, é central à execução moderna:

A partir da tutela jurisdicional expressa em pecúnia, perfeitamente adequada à lógica do Estado liberal, construiu-se uma técnica processual que se consubstanciava na condenação, que, em caso de inadimplemento, deveria ser seguida pelos mecanismos executivos de expropriação, destinados a permitir a realização forçada do direito de crédito, mediante penhora, a venda do bem e o pagamento do credor.

Perceba-se que a necessidade de tutela – ressarcitória ou da prestação inadimplida – pelo equivalente em dinheiro encontra veículo processual idôneo no binômio condenação-execução. Não obstante, o mesmo não ocorre em relação aos direitos reais e, especialmente, no que toca às novas situações de direito substancial, próprias à sociedade contemporânea.<sup>6</sup>

A responsabilidade patrimonial assume, assim, com o passar dos tempos, um caráter dúplice: tanto de garantia do credor, que poderá expropriar os bens do devedor para ver satisfeito seu crédito, quanto de instrumento civilizatório, pois não permite mais a sujeição, salvo a exceção do pagamento de alimentos, e ainda assim com temperamentos bem mais brandos que os da antiguidade, da pessoa do devedor à execução<sup>7</sup>. Ademais, surge à responsabilidade patrimonial uma função social-econômica, qual seja, a de possibilitar o surgimento e desenvolvimento da economia capitalista de mercado.

Há, ainda, para fins deste estudo, que se diferenciar o conceito de responsabilidade do conceito de obrigação, que, embora correlatos e similares, não se confundem.

Maria Helena Diniz<sup>8</sup> entende a obrigação como relação jurídica da qual se excluem deveres alheios ao direito, como o de gratidão, de caráter transitório e que nasce buscando seu fim no cumprimento. Para a satisfação do seu crédito, o credor tem à disposição os bens do

<sup>4</sup> GRECO, Leonardo. A Execução e a Efetividade do Processo. **Revista de Processo**. vol. 94/1999, p. 34, abr-jun/1999, p.3.

<sup>5</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 79.

<sup>6</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Execução**. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 2 – Teoria Geral das Obrigações**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. ps. 37-38.

<sup>8</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. op. cit., p. 45.

devedor, estando, aí, a responsabilidade, surgida do inadimplemento, e pela qual alguém está sujeito ao cumprimento de uma obrigação.

Comentando a diferenciação entre obrigação e responsabilidade, Carlos Roberto Gonçalves<sup>9</sup> ensina que, enquanto obrigação é ato que resulta da vontade humana ou da vontade estatal, devendo ser cumprida espontaneamente, a responsabilidade surge do não cumprimento da obrigação, tendo por garantia os bens do inadimplente. Segundo este autor, enquanto a dívida corresponde à obrigação, a responsabilidade é a consequência jurídica patrimonial do descumprimento da relação obrigacional.

Assim, segundo este mesmo autor, a obrigação é dever acessório, que nasce do descumprimento da obrigação originária. Entretanto, a correlação não é tão simples, pois pode haver responsabilidade sem obrigação, como ocorre no caso de fiador, e até mesmo o caso de obrigação sem responsabilidade, como ocorre com as obrigações naturais.

Ao direito processual, sobretudo ao processo de execução, interessa o conceito de responsabilidade, e não o de obrigação, uma vez que esta, tida enquanto dívida, é objeto de direito material, sendo, portanto, do âmbito do direito civil<sup>10</sup>.

Por ser dissociada da obrigação, a responsabilidade somente surge em momento posterior à formação do vínculo obrigacional, e somente após descumprida a prestação originária<sup>11</sup>. Isso interessa ao processo de execução pois não se poderá dar início à execução sem que o título esteja vencido, consoante o artigo 786 do CPC/2015<sup>12</sup>. A execução se funda, portanto, na responsabilidade, que somente surge com o inadimplemento – antes dele, somente há a obrigação.

No âmbito da tutela executiva, a responsabilidade do devedor pode ser patrimonial, o que corresponde à regra geral, ou pessoal – hipótese de incidência muito mais restrita, sobretudo sob as balizas do princípio constitucional da pessoa humana e das disposições da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos<sup>13</sup> (também chamada de Pacto de San José da Costa Rica).

Seguindo o ensinamento de José Miguel Garcia Medina<sup>14</sup>, a responsabilidade pessoal extrapola a esfera jurídica dos bens do executado, atingindo outros direitos, de índole extrapatrimonial. É o que ocorre na execução de alimentos, na qual, segundo o artigo 528, § 3º,

---

<sup>9</sup>GONÇALVES, Carlos Roberto. op. cit., p. 55.

<sup>10</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit, p. 431.

<sup>11</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 152.

<sup>12</sup> A hipótese da Falência, onde, teoricamente, crédito não vencido pode se sujeitar a execução concursal, é aqui ignorada, pois trata-se de situação totalmente *sui generis*, e que não serve a excepcionar o art. 786 do CPC.

<sup>13</sup> Promulgada pelo Decreto nº 678 de novembro de 1992.

<sup>14</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. **Direito Processual Civil Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 937

do CPC, o devedor inadimplente pode ter sua prisão decretada pelo prazo de 1 a 3 meses. Há que se salientar, novamente, que a responsabilidade pessoal é medida excepcional, utilizada somente tendo-se em vista a imprescindibilidade do crédito alimentar.

A responsabilidade patrimonial, de outro lado, como esclarecido alhures, sujeita os bens do devedor ao processo de execução, para que se satisfaça o crédito através da expropriação. O que se procura na responsabilidade patrimonial, portanto, são os direitos patrimoniais do devedor, passando à margem de direitos pessoais e da própria pessoa do executado.

### **1.1.1 Responsabilidade patrimonial e execução civil**

A execução civil, entendendo-se a tutela jurisdicional executiva como a prática de atos jurisdicionais voltados à concretização de um direito material violado, ou, ainda, os atos tendentes a evitar que o referido direito seja violado<sup>15</sup>, vale-se especialmente do conceito de responsabilidade patrimonial.

Com efeito, o meio de satisfação do crédito evoluiu, da irrestrita coação sobre a pessoa do devedor, à restrição, via de regra, somente aos direitos patrimoniais do executado. E, mais hodiernamente, a própria responsabilidade patrimonial começou a sofrer maiores limitações, como, por exemplo, a impenhorabilidade do bem de família, instituída pela Lei nº 8.009 de 1990.

Quanto à sua extensão no processo de execução, a responsabilidade do devedor, consoante o artigo 789 do CPC, atinge todos os seus bens, sejam presentes ou futuros, salvo naquelas situações que a legislação expressamente excepciona, como nas hipóteses de impenhorabilidade.

Isso significa que os bens sujeitos à expropriação não são somente aqueles que o devedor possuía à época que contraiu a dívida, mas sim todos os bens que vier, porventura, a possuir enquanto estes forem responsáveis pela dívida, sejam oriundos de seu trabalho, fruto de bens passados ou até mesmo derivados da alienação dos bens que possui.

Humberto Theodoro Jr., comentando a sujeição dos bens do devedor à execução, doutrina:

Vale dizer que tanto os bens existentes ao tempo da constituição da dívida como os que o devedor adquiriu posteriormente ficam vinculados à responsabilidade pela execução. Isto decorre de ser o patrimônio uma universalidade como um todo permanente em relação ao seu titular, sendo irrelevantes as mudanças sofridas pelas

---

<sup>15</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit, p. 905

unidades que o compõem. Pouco importa, por isso, se o objeto do devedor a penhorar existia ou não ao tempo em que a dívida foi constituída<sup>16</sup>.

Como o próprio artigo 789 do CPC/2015 deixa claro, e como acima esclarecido, a responsabilidade patrimonial não é, obviamente, ilimitada. É desses limites que se tratará a seguir, acrescentando-se na análise, ainda, hipóteses em que a responsabilidade patrimonial transborda os bens do devedor, ou seja, tratar-se-á não só dos limites, mas das situações em que esses limites são extrapolados.

### 1.1.2 Limites da responsabilidade patrimonial

A primeira limitação que a responsabilidade patrimonial encontra está no aspecto objetivo.

A responsabilidade patrimonial no plano objetivo refere-se aos objetos sobre os quais recairá a atividade executiva. Tal aspecto encontra limites, entre outras situações, na impenhorabilidade do bem de família e nas hipóteses elencadas no artigo 833 do CPC/2015, que impõe como impenhoráveis, por exemplo, os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (inciso I), os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (inciso V) e a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família (inciso VIII).

Para Marcelo Abelha<sup>17</sup>, as impenhorabilidades constituem-se em limitações naturais, culturais ou políticas à expropriação – e, conseqüentemente, à responsabilidade patrimonial. Segundo este autor, a justificativa reside na preservação da dignidade do executado, conservando um mínimo patrimonial, “evitando que a tutela jurisdicional executiva satisfaça o exequente à custa da desgraça total da vida alheia”.

José Miguel Garcia Medina, a seu turno, comentando as situações de impenhorabilidade elencadas no CPC, doutrina que:

Assim, não se deve permitir que a execução reduza o executado a situação indigna; no entanto, não se autoriza que o executado abuse desse princípio, manejando-o para indevidamente impedir a atuação executiva de um direito. Isso se aplica às *limitações* à responsabilidade patrimonial estabelecidas pela impenhorabilidade. P. ex. o art. 833, V, do CPC/2015 (art. 649, V do CPC/1973) estabelece que são absolutamente impenhoráveis os objetos *necessários* ou *úteis* ao exercício da profissão do executado,

<sup>16</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit, p. 432.

<sup>17</sup> ABELHA, Marcelo. **Manual da Execução Civil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, ps. 160-161.

o que não autoriza que o executado se escuse de pagar uma dívida investindo *todo* seu patrimônio, p. ex., em um automóvel extremamente luxuoso<sup>18</sup>.

Outro aspecto sob o qual pode ser avaliada a responsabilidade patrimonial é no plano subjetivo, ou seja, quais sujeitos responderão à execução. Aqui, ao contrário do que ocorre no aspecto objetivo, o CPC/2015 não faz uma limitação do campo da responsabilidade, mas sim uma ampliação do conceito do artigo. 789, abarcando pessoas além do devedor. Cabe, portanto, distinguir, inicialmente, responsabilidade primária de responsabilidade secundária.

A responsabilidade primária é a responsabilidade do próprio devedor que assumiu a obrigação, é o curso normal do processo executivo, em que os bens de quem está obrigado no título exequendo saldam o crédito. Segundo Araken de Assis<sup>19</sup> “o primeiro patrimônio exposto aos meios executórios é o do devedor, a um só tempo obrigado e responsável. Esta situação se designa de responsabilidade primária”.

Entretanto, como ensina Theodoro Jr<sup>20</sup>, há situações nas quais terceiro, que não assume a posição de devedor – não é *obrigado*, portanto – torna-se sujeito aos efeitos do processo de execução, com seus bens respondendo pelo cumprimento das obrigações do devedor originário, ou seja, o responsável primário. Seguindo a qualificação de Liebman, Humberto Theodoro Jr. assenta que esses terceiros estão em posição de responsabilidade secundária.

O terceiro, contudo, não será tratado na relação processual executiva como mero terceiro, praticamente alheio ao processo, mas sim como verdadeira parte da relação jurídica, pois pode ter seus bens expropriados, sendo-lhe inerentes todas as garantias processuais destinadas ao devedor originariamente obrigado.

A este respeito, José Miguel Garcia Medina<sup>21</sup> entende que os responsáveis secundários devem incorporar-se ao processo no polo passivo, como parte. Não se pode sequer dizer que são de fato terceiros, sendo, em verdade, executados. Deve-lhes, então, ser oportunizadas todas as garantias do devido processo legal, sobretudo a ampla defesa e o contraditório, inerentes à condição de parte da relação jurídico-processual.

Araken de Assis não discrepa deste entendimento:

A falseta repousa na consequência de declarar esses responsáveis “terceiros” relativamente ao processo executivo. O conceito de parte não autoriza semelhante conclusão, [...] e, de toda sorte, a própria noção de responsabilidade não induz tal duplicidade incompreensível de papéis. Na verdade, o obrigado e o responsável são partes passivas na demanda executória, porque executados (= o respectivo patrimônio sujeita-se à execução legitimamente), sem embargo do fato, à luz da relação

<sup>18</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit, p. 938.

<sup>19</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 154.

<sup>20</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit, p. 431.

<sup>21</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit, p. 940.

obrigacional, de o primeiro assumir a dívida (e, por isso, também é "responsável") e o outro, não. O assunto recebeu valiosa análise, cuja conclusão é a seguinte: "... resta demonstrado como o desquite entre os conceitos de dívida e responsabilidade (nos termos de titularidade subjetiva dos dois fenômenos) repercute sobre a esfera processual, em que releva a responsabilidade como definidora da sujeição passiva executiva e autorizadora de constrição executiva sobre o patrimônio de responsáveis não devedores, que, neste raciocínio, indubitavelmente são sujeitos passivos"<sup>22</sup>.

Atualmente o artigo 790 do Código de Processo Civil é responsável pela ampliação dos bens sujeitos à execução, para além dos bens presentes e futuros do devedor, conforme dicção do art. 790:

Art. 790. São sujeitos à execução os bens:

- I - do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória;
- II - do sócio, nos termos da lei;
- III - do devedor, ainda que em poder de terceiros;
- IV - do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida;
- V - alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução;
- VI - cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores;
- VII - do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.

Como se nota, algumas hipóteses do artigo em comento são de verdadeira responsabilidade secundária, como ocorre com os bens do sócio, após regular processamento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da pessoa executada (previsto nos artigos 133 e seguintes do CPC/2015).

Entretanto, a fraude à execução, que é o objeto do presente estudo, sendo, portanto, o que interessa extrair do referido artigo, não constitui responsabilidade secundária de terceiro por dívida que não é sua, mas sim de sujeição de bem do próprio devedor que está *fraudulentamente* na posse de terceiro, não estando, pois, verdadeiramente, na esfera jurídica do patrimônio do terceiro.

Com efeito, Amadeo, Bruschi e Nolasco<sup>23</sup>, comentando a hipótese da expropriação de bens do devedor que estejam na posse de terceiros, defendem que não se trata de caso de extensão da responsabilidade patrimonial, pois “não há bem de terceiro envolvido, somente a posse do bem do devedor que está com o terceiro”.

<sup>22</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., ps. 153-154.

<sup>23</sup> AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; BRUSCHI, Gilberto Gomes; Nolasco, Rita Dias. A Responsabilidade Patrimonial Secundária e a Fraude à Execução do Atual CPC até o Novo CPC. **Revista dos Tribunais**. vol. 950/2014, p. 134, dez/2014, p.4.



Araken de Assis<sup>24</sup>, aponta que as hipóteses ora encartadas nos incisos III, V e VI não são casos de responsabilidade patrimonial secundária, mas sim hipóteses peculiares de responsabilidade patrimonial primária<sup>25</sup>.

Comentando especificamente a hipótese de fraude à execução<sup>26</sup>, leciona que:

O art. 790, V, insere os bens alienados ou gravados em fraude à execução como submetidos aos meios executórios empregados contra o executado. Esses bens se transferiram do patrimônio do executado para o de terceiro, no plano material, ou este adquiriu aquela responsabilidade real especial (*besondere Sachhaftung*), outorgada por direito real de garantia - hipoteca, penhor, anticrese -, sob a pátina da ineficácia no plano processual. Logo, não se cuida, verdadeiramente, de responsabilidade secundária, porque os bens integram o patrimônio do obrigado, em razão dessa ineficácia perante o exequente. Não há, pois, a imprescindível dissociação entre a pessoa obrigada a prestar e aquela cujos bens respondem pelo cumprimento da obrigação, na espécie conjugada na figura do executado e autor da fraude. Em consequência nada desprezível, em virtude da ineficácia, ocorrendo fraude à execução, o adquirente do bem alienado ou gravado ineficazmente continuará “terceiro” quanto à demanda condenatória. Diversa é a posição, por exemplo, do terceiro hipotecante: neste caso, o bem integra, legitimamente, o patrimônio do terceiro, a despeito de sujeitar-se à execução - devendo ser intimado da constrição, a teor do art. 835, § 3.º, in fine.

A fraude à execução, portanto, não é caso de responsabilidade patrimonial secundária, mas sim de responsabilidade patrimonial primária, pois a expropriação alcançará bem do devedor em posse de terceiro, posto que *ineficaz* o negócio jurídico que alienou ou onerou o bem, conforme se demonstrará adiante (item 2.1.2).

Igual raciocínio aplica-se aos casos de excussão de bens do devedor em posse de terceiro e da declaração de fraude contra credores, pois não se inclui outra pessoa – o terceiro, que seria responsável secundário – no polo passivo da execução, mas sim se redireciona os olhares do processo executório a bem, de propriedade do próprio devedor, que está na posse de outra pessoa.

Nos casos apontados, o terceiro não será atingido em todo o seu patrimônio, mas tão somente naquele bem específico pertencente àquele originariamente obrigado, que está em sua posse casualmente, ou lhe foi alienado em uma das modalidades de fraude (contra credores ou à execução).

Situação diversa ocorre nas hipóteses elencadas nos demais incisos do artigo 790, onde terceira pessoa – o adquirente a título singular, o sócio, o cônjuge ou companheiro, ou o responsável, após regular processamento do incidente de desconsideração da personalidade

<sup>24</sup>ASSIS, Araken de. op. cit., p. 151.

<sup>25</sup> No mesmo sentido: DIDIER JUNIOR, Fredie; *et al.* **Curso de Direito Processual Civil – Vol. 5 Execução**. Salvador: Jus Podivm, 2012, os. 265-266.

<sup>26</sup>ASSIS, Araken de. op. cit., p. 157.

jurídica – passará a integrar o polo passivo da execução. Há, nestas hipóteses, a caracterização da responsabilidade patrimonial secundária.

## 1.2 Expropriação executiva

A tutela executiva pode ser levada a efeito por, basicamente, dois modos, seja no cumprimento de sentença seja na execução de título executivo extrajudicial: meios de coação (também chamados de meios de coerção), e meios de sub-rogação. Esses meios, como se verá, não se aplicam somente à execução de créditos pecuniários, mas também ao cumprimento de outras modalidades de obrigações.

Tais meios são, segundo Araken de Assis<sup>27</sup>, a reunião de atos executivos organizados, endereçados à obtenção do bem pretendido pelo exequente, importando, assim, conhecer as possibilidades do bem jurídico postulado: I) coisa certa; II) dinheiro ou coisa convertida em pecúnia; e III) comportamento do executado, podendo ser uma prestação positiva (fazer) ou negativa (não fazer, ou uma abstenção).

Cabe aqui, então, citar os ensinamentos do ilustre autor referido:

Certo é que, no concernente aos bens (*corpus, genus e facere*), a correlação instrumental ao meio executório mostra-se contingente e relativa. Obrigações de fazer fungíveis, a exemplo da construção de um muro, tanto admitem execução "direta", através de terceiro e às expensas do executado (art. 817), quanto autorizam a "indireta", a pressão psicológica do pagamento de multa pecuniária cumulativamente progressiva (art. 814, caput). Também a execução das prestações para entrega de coisa permite o emprego de pressão psicológica (art. 806, § 1.º).

[...]

Examinando a outra tendência da classificação, impende constatar a existência de bens apreensíveis independentemente da boa vontade do executado. Por exemplo, a inércia do devedor pouco atrapalha a execução comum da obrigação pecuniária, voltada contra o patrimônio passível de execução forçada do obrigado (art. 789 do NCPC); nele se apreenderá, destarte, a quantia correspondente à prestação e seus acessórios, mesmo contra a resistência do executado, a fim de entregá-la ao credor (art. 904, I).

[...]

E há bens que, envolvendo as aptidões pessoais do obrigado, geram uma tensão específica no adimplemento e, a fortiori, na execução. Torna-se necessário compelir o executado a participar ativamente do procedimento, pois nenhum sucedâneo atenderá o titular do direito. Isso ocorre, sobretudo, no *facere* infungível e a ele equipara-se as ordens judiciais.

Os meios coercitivos, destinados, principalmente (mas não somente), à satisfação de uma obrigação de fazer por parte do devedor, constituem a chamada coação indireta, atuando o Estado não diretamente sobre o bem jurídico que se pretende ao final, mas sim por vias

---

<sup>27</sup>ASSIS, Araken de. op. cit., p. 76.

transversas, pressionando ao devedor para que cumpra sua obrigação. Segundo Humberto Theodoro Jr.<sup>28</sup> os meios executórios indiretos não são propriamente medidas do processo de execução, possuindo atuação em acessório ou secundário.

No direito brasileiro, a coação pode se operar sobre o patrimônio do devedor, sendo chamada de coerção patrimonial, levada a feito, notadamente, através da fixação *astreintes*, que constituem a imposição de multa por descumprimento, fixada pelo magistrado, consoante a guarida dada pelo artigo 536, § 1º, do CPC/2015.

Outra forma de coerção patrimonial, incluída pelo CPC/2015, é a possibilidade da inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (artigos 517 e 782, § 3º, ambos do CPC/2015), atingindo o direito de crédito – de cunho eminentemente patrimonial – do devedor.

A coerção pessoal, na sistemática processual atual, consistente na prisão do devedor inadimplente. Hodiernamente, após a edição do Pacto de San José da Costa Rica, que redundou na edição da Súmula Vinculante nº 25 do STF<sup>29</sup>, a prisão do executado está adstrita à execução de alimentos (artigos 528 e seguintes do CPC/2015), realizada em regime fechado e pelo prazo máximo de 3 meses.

Nas obrigações satisfeitas por meios de coerção indireta a vontade do devedor é determinante para sua satisfação, o que não ocorre quando se fala de execução direta, quando há a sub-rogação por parte do Estado.

Neste meio, a jurisdição atua como substituta do devedor, agindo sem sua colaboração, ou até contra sua vontade, a fim de cumprir a obrigação que o executado deveria adimplir ou entregar resultado equivalente<sup>30</sup>. A este meio executório se dá o nome de *execução forçada*, a qual é de importância curial para o presente estudo.

Araken de Assis<sup>31</sup>, explicitando as formas pelas quais poderá se dar a execução forçada, penetrando-se no patrimônio do executado, encontra três modalidades: a) desapossamento; b) transformação; e c) expropriação.

As duas primeiras espécies merecem uma breve explicação. O desapossamento consiste em “procurar e encontrar, se a coisa for móvel, e, na sequência, tomar e entregar a *res* ao exequente”<sup>32</sup>. É o que ocorre, por exemplo, na busca e apreensão.

<sup>28</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit, p. 320

<sup>29</sup> Súmula Vinculante nº 25: É ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

<sup>30</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit, p. 320

<sup>31</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., ps. 77 e 83.

<sup>32</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 83.

A transformação, por sua vez, volta-se às obrigações de fazer fungíveis, ou direitos a ela equivalentes. Atualmente, vem regulada no artigo 817 do CPC/2015, que reza: “Se a obrigação puder ser satisfeita por terceiro, é lícito ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado”.

A expropriação, de outro lado, demanda maior explicação para que se compreenda corretamente a fraude à execução. É meio voltado, principalmente, às obrigações pecuniárias, sendo seu uso muito corriqueiro nas mais diversas unidades jurisdicionais do Brasil.

Explorando o instituto, Humberto Theodoro Jr.<sup>33</sup> leciona que:

*Expropriar* é o mesmo que *desapropriar* e consiste no ato de autoridade pública por meio do qual se retira da propriedade ou posse de alguém o bem necessário ou útil a uma função desempenhada em nome do interesse público. De ordinário, a desapropriação transfere o bem do domínio privado para o domínio público do próprio órgão expropriante. No processo executivo, a expropriação dá-se por via da alienação forçada do bem que se seleciona no patrimônio do devedor para servir de instrumento à satisfação do crédito exequendo

A expropriação, conforme preceitua o artigo 825 do CPC/2015, pode se dar mediante adjudicação, alienação – seja por iniciativa particular ou por leilão – e por apropriação de frutos e rendimentos, quando cabível. De se destacar que a ordem prevista no referido art. 825, consoante se deduz de interpretação conjunta com o artigo 880 do CPC/2015, é a preferência estabelecida pelo legislador, conforme ensinam Marcelo Abelha<sup>34</sup> e Humberto Theodoro Jr.<sup>35</sup>

Na adjudicação, o exequente, querendo, recebe o bem penhorado em pagamento, sendo, assim, figura assemelhada à dação em pagamento, prevista nos artigos 356 e seguintes do Código Civil - CC. É, ao mesmo tempo, ato de expropriação e de satisfação do crédito, conforme ensinamento de José Miguel Medina<sup>36</sup>. Aqui o valor pecuniário pelo qual o bem satisfará a execução não será inferior ao da avaliação realizada na forma dos artigos 870 e seguintes do CPC/2015.

Por outro lado, esclarece o autor:

A alienação e apropriação, por sua vez, são atos de expropriação que, exitosos, conduzem à satisfação, com a entrega do direito (art. 904, I, do CPC/2015) que é ‘produto dos bens alienados’ ou do ‘faturamento de empresa ou de outros frutos e rendimentos de coisas ou empresas penhoradas’, como diz o art. 905, *caput* do CPC/2015.

<sup>33</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 709.

<sup>34</sup> ABELHA, Marcelo. op. cit, p. 453.

<sup>35</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit, p. 710

<sup>36</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit, p. 1069.

Se o exequente não realizar a adjudicação, o meio preferencial a seguir é a alienação, e, dentro desta modalidade, há a primazia da alienação particular, conforme ordem constante no artigo 879 do CPC/2015.

A alienação, em sua modalidade particular, não é, como o nome erroneamente poderia fazer supor, um negócio jurídico privado, semelhante à compra e venda. Como assenta Marcelo Abelha<sup>37</sup> “nada disso. A alienação por iniciativa particular é um ato expropriatório público, realizado pelo Estado e com cooperação do exequente, mas que em nada se assemelha a uma compra e venda privada”.

Nesta modalidade, o exequente procurará, por seus próprios meios, adquirente para o bem penhorado, respeitando prazos e preço mínimo fixado pelo magistrado.

Não se realizando a adjudicação nem a alienação particular, iniciar-se-á o procedimento para alienação através de leilão judicial, presencial ou eletrônico. Há de se salientar que tal meio, de corriqueira utilização, é mais moroso que os anteriores, não raras vezes sendo infrutífero.

Longo e tormentoso, o procedimento da alienação abrange, fundamentalmente, as etapas da avaliação, porque se rejeita a repugnante venda do bem por preço vil (art. 891, *caput*), e, lateralmente, a apuração do valor de mercado permite modificar e adequar a constrição à bitola da dívida (art. 874); da publicação de editais, ou modo assemelhado de publicidade, pois a venda realizar-se-á em certame público e a qualquer interessado; e da arrematação, na qual o órgão jurisdicional aceita a proposta mais vantajosa e transfere o domínio da coisa, pertencente ao executado, ao adquirente. Em relação ao CPC de 1973, a novidade consiste na primazia do leilão eletrônico, disciplinado pelo CNJ, atendendo os requisitos da ampla publicidade, autenticidade e segurança (art. 882, § 1.º); por exceção, realizar-se-á leilão presencial (art. 882, *caput*), no lugar designado pelo juiz (art. 882, § 3.º)<sup>38</sup>

A última forma de expropriação prevista pelo CPC/2015 é a realizada através da apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens, prevista no inciso III, do artigo 825. De se salientar que tal hipótese não é aplicável à totalidade das situações, mas somente quando o patrimônio do executado permitir, tanto por suas características quanto pela extensão do crédito em relação aos rendimentos.

Essa modalidade possui cabimento quando a penhora recair sobre “estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em semoventes, plantações ou edifícios em construção” (artigo 862 do CPC/2015), sobre percentual de faturamento de empresa (artigo 866), ou, ainda, quando recaia sobre os frutos de coisas móveis ou imóveis (artigos 867 e seguintes).

---

<sup>37</sup> ABELHA, Marcelo. op. cit., p. 460.

<sup>38</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., ps. 84-85.

O legislador deixa claro, novamente, no artigo 866 que esta modalidade de expropriação deve ser a última da listagem do artigo 825 a ser utilizada, sobretudo quando recair sobre faturamento de empresa, pois, neste caso, pode colidir com a própria possibilidade de continuidade da atividade.

Na execução como um todo, mas neste caso em especial<sup>39</sup>, o magistrado deverá levar em consideração os seguintes princípios: I) a utilização do meio que cause menos dano ao executado; II) a razoável duração do processo; III) a economia processual; e IV) a efetividade jurisdicional da tutela executiva.

Sendo possível a utilização da apropriação, o administrador do bem, que poderá ser qualquer uma das partes da execução ou profissional da área, deverá depositar os frutos ou rendimentos judicialmente, até a satisfação do crédito, que se dará na modalidade “entrega do dinheiro” (artigo 904, I, do CPC/2015).

É importante a definição da responsabilidade patrimonial e da expropriação executiva, no tocante à fraude de execução, pois é à sua responsabilidade patrimonial primária (não sendo caso de responsabilidade patrimonial secundária) que o praticante de atos de fraude à execução pretende se furtar. De igual modo, perpetrada a fraude e se furtando o executado à sua responsabilidade patrimonial, a expropriação – meio de satisfação do crédito – será frustrada, pois não se encontrarão bens para serem penhorados e alienados para a satisfação do crédito.

Assim, foram no presente capítulo definidos quais os institutos prejudicados pelos atos fraudulentos à execução, cabendo, na próxima parte do presente estudo, definir e explorar quais os meios pelos quais se dão as fraudes patrimoniais, bem como seus efeitos perante a responsabilidade patrimonial e a expropriação executiva.

---

<sup>39</sup>ABELHA, Marcelo. op. cit, p. 476.

## **2 – FRAUDES PATRIMONIAIS: A FRAUDE À EXECUÇÃO E SUA ESPECIAL GRAVIDADE**

Diversos são os meios pelos quais o devedor pode buscar se evadir da responsabilidade por suas dívidas, entre eles a fraude à execução. Importa, então, conhecer os diversos tipos de fraude, seus requisitos, efeitos e modos pelos quais podem ser coibidas. De igual modo, ao se analisar as fraudes patrimoniais é importante não se descuidar da figura de eventual terceiro de boa-fé, o qual terá, em muitas hipóteses, seus direitos preservados.

Para a compreensão correta das fraudes patrimoniais, far-se-á, primeiramente, sua correlação com a responsabilidade patrimonial, expondo, posteriormente, a fraude contra credores e, mais detidamente, a fraude à execução, pormenorizando seus requisitos, hipóteses e os meios pelos quais o terceiro-adquirente de boa-fé pode proteger seus interesses, e em que medida os interesses do terceiro deverão ser considerados.

### **2.1 Fraudes e responsabilidade patrimonial**

Havendo uma obrigação, um débito, o natural é que ela seja adimplida, pois a obrigação já nasce com um caráter transitório, sendo destinada não a ser eterna, mas a ser extinta através do adimplemento<sup>40</sup>.

Como não poderia deixar de ser, o costumeiro nas mais diversas relações jurídicas é o adimplemento por parte do devedor, ficando o crédito plenamente satisfeito. Entretanto, seja por má-fé, impossibilidade superveniente, caso fortuito ou qualquer outra razão, muitas vezes as obrigações não são adimplidas no tempo e modo corretos, advindo, daí, a responsabilidade do devedor.

Ocorrendo o inadimplemento da obrigação, e estando ela consubstanciada em título executivo judicial ou extrajudicial – estes previstos no rol não taxativo do artigo 784 do CPC/2015 – o credor poderá se valer da tutela jurisdicional, dando início ao processo de execução ou à fase de cumprimento de sentença, para, então, valendo-se da responsabilidade patrimonial dos bens do devedor pela dívida inadimplida, fazer cumprir a obrigação consubstanciada no título.

Por vezes, contudo, o devedor pode procurar elidir a responsabilidade patrimonial, alienando ou onerando, fraudulentamente, seus bens, de modo que se torne insolvente, situação

---

<sup>40</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. op. cit., p. 41.

na qual os credores “arcarão com o prejuízo”. Ocorrem, então, situações que podem ser designadas, genericamente, como fraudes do devedor.

Estudando o instituto, Cândido Rangel Dinamarco doutrina que:

*Fraudes do devedor* são as condutas com as quais alguém, na pendência de uma obrigação insatisfeita, procurar livrar um bem da responsabilidade patrimonial que pesa sobre ele; são condutas do próprio obrigado (devedor), ou, às vezes, também do mero responsável. Essa expressão, não empregada em lei, serve para designar uma categoria ampla de condutas desse teor, na qual se incluem *fraude de execução*, a *fraude contra credores* e a *disposição de bem já constricto judicialmente* (penhorado, apreendido, depositado)<sup>41</sup>.

Continua o citado autor ensinando que tais atos de alienação ou oneração são, *a priori*, válidos, mas não produzirão os efeitos que pretende o devedor, não tendo o condão de impedir que o bem venha a ser expropriado para a satisfação do crédito. Esses institutos buscam, portanto, fazer valer a responsabilidade patrimonial, que é, em última análise, o que garante a satisfação do crédito.

Entretanto, como salienta Abelha Rodrigues<sup>42</sup>, o proprietário permanece com a faculdade de usar, gozar e dispor de bens de sua propriedade (artigo 1.228 do CC), sendo vedado pela lei apenas os atos anormais, com o fito de se furtar, o devedor, à responsabilidade patrimonial que lhe é inerente. Desse modo, a responsabilidade patrimonial interrompe, ainda que não totalmente, a plenitude da legitimidade que o devedor possui para dispor de seus bens, que serão utilizados para a realização do crédito<sup>43</sup>.

A disposição de bem conscrito não necessita de maiores explicações. É simplesmente a alienação ou oneração de bem já reservado pelo juízo da execução, sendo que o ato posterior à constrição será ignorado, prosseguindo a execução em seu curso normal<sup>44</sup>. Assim, a penhora estabelece uma preferência ao exequente que realiza o ato, à exceção do que ocorre na falência, consoante o disposto no artigo 797 do Código de Processo CPC/2015: “Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal, realiza-se a execução no interesse do exequente que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados”.

Com efeito, a maioria da doutrina sequer trata da alienação do bem conscrito como fraude propriamente dita, a qual não demanda maiores explicações, pois trata-se de hipótese

<sup>41</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil. Vol. IV – Execução**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 422.

<sup>42</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit., p. 140.

<sup>43</sup> MOURA, Mário Aguiar. Fraude de Execução Pela Insolvência do Devedor. **Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos**. vol. 2, p. 698, jun/2011, p.2.

<sup>44</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., ps. 424-425.



simples, em que o ato judicial simplesmente impede que a alienação ou oneração produza seus efeitos, e, por essa razão, o assunto não será, no presente estudo, aprofundado.

Às outras modalidades pelas quais o devedor procura evadir-se da responsabilidade patrimonial – a fraude à execução e a fraude contra credores – contudo, deve ser dispensada maior atenção. Referidos meios de fraude possuem diversas similitudes, sendo, entretanto, fundamentalmente diferentes.

### *2.1.1 Fraude contra credores*

A fraude contra credores é um dos defeitos do negócio jurídico, e é assim definida pelos artigos 158 e 159 do CC:

Art. 158. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

§ 1º Igual direito assiste aos credores cuja garantia se tornar insuficiente.

§ 2º Só os credores que já o eram ao tempo daqueles atos podem pleitear a anulação deles.

Art. 159. Serão igualmente anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

Doutrinariamente, a fraude contra credores é conceituada como um vício social do negócio jurídico, levado a feito através da prática de atos de disposição patrimonial pelo devedor com o objetivo de prejudicar seus credores, por meio de dilapidação, ou completa extinção, de seu patrimônio, frustrando, assim, como dito alhures, a responsabilidade patrimonial<sup>45</sup>.

Importante salientar que os atos praticados em fraude contra credores somente serão assim considerados se o devedor for insolvente, ou vier se tornar insolvente por causa deles, pois, enquanto não for reduzido à insolvência, é lícito que pratique todos os atos e negócios jurídicos que lhe aprouver<sup>46</sup>. Com efeito, o próprio CC, em seu artigo 164, excepciona que os negócios jurídicos tidos como “ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família” serão considerados como realizados de boa-fé, produzindo todos os efeitos a eles inerentes.

<sup>45</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil Teoria Geral**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 643.

<sup>46</sup> RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil Parte Geral**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007 p. 229.

Para a caracterização da fraude contra credores são necessários três elementos<sup>47</sup>: a) a anterioridade do crédito; b) o *consilium fraudis*; e c) o *eventus damni*<sup>4849</sup>.

Como dito alhures, para a existência da fraude em comento é necessário, consoante, o artigo 158, § 2º, do CC, que o credor já possua esta qualidade quando da prática do ato de disposição patrimonial viciado, ainda que o crédito não estivesse vencido à época<sup>50</sup>.

O *consilium fraudis*, por seu turno, pode ser considerado o elemento subjetivo da fraude contra credores. Este requisito caracteriza-se pela má-fé, pelo intuito fraudulento, e pode tanto ser praticado isoladamente pelo devedor – por exemplo, quando ele renuncia à herança – ou em conluio com terceiro, como na hipótese de alienação fraudulenta de algum bem<sup>51</sup>.

Quando envolve terceiro, torna-se importante demonstrar que este conhecia a insolvência do devedor, ou possuía motivos idôneos para que não pudesse ignorá-la, consoante prevê o artigo 159 do CC.

Como bem demonstra Carlos Roberto Gonçalves, o legislador civilista não protege tão somente o crédito lesado, mas também o terceiro que negocia com o devedor em fraude; aliás, a este o CC dá maior proteção:

Ao tratar do problema da fraude, o legislador teve de optar entre proteger o interesse dos credores ou o do adquirente de boa-fé. Preferiu proteger o interesse deste. Se ignorava a insolvência do alienante, nem tinha motivos para conhecê-la, conservará o bem, não se anulando o negócio. Desse modo, o credor somente logrará invalidar a alienação se provar a má-fé do terceiro adquirente, isto é, a ciência deste da situação de insolvência do alienante.

Este é o elemento subjetivo da fraude: o *consilium fraudis*, ou conluio fraudulento. Não se exige, no entanto, que o adquirente esteja mancomunado ou conluído com o alienante para lesar os credores deste. Basta a prova da ciência da sua situação de insolvência<sup>52</sup>.

O *eventus damni* é, em definição simples, o dano que sofre o credor, sendo o pressuposto objetivo da fraude contra credores. Assim, é todo negócio prejudicial ao credor, por trazer o devedor ao estado de insolvência ou que nele foi praticado<sup>53</sup>. Como acima

<sup>47</sup> Embora muitos autores, como Barros Monteiro, Farias e Rosenvald e Venosa apenas se refiram a apenas 2 elementos, deixando de lado a anterioridade de crédito, essa diferenciação não prejudica a caracterização do instituto, sendo mais uma particularidade metodológica e didática, tendo em vista que tais autores não a negam.

<sup>48</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil Parte Geral**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 492.

<sup>49</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. **Fraude Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. ps. 78-79.

<sup>50</sup> O STJ, contudo, já reconheceu a possibilidade de declaração de fraude contra credores relativizando a anterioridade de crédito, quando for praticada de maneira predeterminada em detrimento de futuros credores: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.324.308/PR, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 26 de agosto de 2014.

<sup>51</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. op. cit. p. 646

<sup>52</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. op. cit., p. 428.

<sup>53</sup> MONTEIRO, Washington de Barros; FRANÇA PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro. **Curso de Direito Civil – Vol. 1**. 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 282.

salientado, se os negócios jurídicos que o devedor celebrar não trouxerem prejuízo ao credor, não estará caracterizada a fraude contra credores, pois serão negócios ordinários, plenamente válidos, oriundos do direito constitucional de propriedade<sup>54</sup> do devedor, não estando prejudicada a responsabilidade patrimonial.

Uma vez ultimada a fraude contra credores, o possuidor de crédito que se sinta prejudicado com o ato do devedor não fica desassistido, podendo invocar a proteção estatal através de ação que se convencionou chamar de *ação pauliana*, de origem romana, e assim nomeada em homenagem ao Pretor Paulo, que a introduziu nos editos<sup>55</sup>.

Conceituando o instituto, Sílvio de Salvo Venosa<sup>56</sup> define a *ação pauliana* como a ação que movem os credores, em nome próprio e como direito seu, para atacar ato fraudulento praticado pelo devedor, tendo por objetivo recompor o patrimônio do responsável pelo débito. Desse modo, a *ação pauliana* não busca o cumprimento da obrigação de maneira direta, mas sim possibilita a efetividade de uma futura – e eventual – execução, sendo seu fundamento a restauração da garantia<sup>57</sup>. Tem por característica, portanto, ser uma ação eminentemente revocatória, como, aliás, é por muitos chamada<sup>58</sup>.

O efeito de eventual procedência é a *anulação* do ato jurídico fraudulento, com o desfazimento do negócio jurídico e restituição do bem ao patrimônio do devedor, conforme dispõe o artigo 158 do CC.

Entretanto, a questão sobre o efeito da *ação pauliana* na doutrina nacional não é tão pacífica quanto parece à primeira vista, pois muitos doutrinadores de renome defendem que o ato praticado em fraude contra credores não é anulável, mas sim ineficaz, consoante sintetizam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal<sup>59</sup>:

Há, entretanto, outra posição doutrinária – mais moderna e acertada – entendendo que o ato praticado em fraude contra credores é plenamente válido, preenchendo os requisitos do plano da validade, apenas sendo *ineficaz em relação ao credor do alienante, uma vez que não poderá lhe ser objetado*, permitindo-lhe buscar no patrimônio do terceiro adquirente o bem alienado em fraude, de modo a assegurar seus direitos creditícios. Com esse pensamento, encontram-se autorizados juristas, como Yussef Said Cahali, em aprofundada obra dedicada à matéria, Alexandre Freitas Câmara e Cândido Rangel Dinamarco, dentre outros.

<sup>54</sup> Art. 5º, da Constituição Federal: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

<sup>55</sup> MONTEIRO, Washington de Barros; FRANÇA PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro. op. cit., p. 288.

<sup>56</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. op. cit. p. 496.

<sup>57</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op. cit. p. 70.

<sup>58</sup> FERRARI NETO, Luiz Antonio. Fraude Contra Credores Vs. Fraude à Execução e a Polêmica Trazida pela Súmula 375 do STJ. **Revista de Processo**. vol. 195/2011, p. 209, mai/2011, p.2.

<sup>59</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. op. cit. p. 648.

Tais autores não enxergam na fraude uma natureza anulatória, pois as partes não retornam ao *status quo ante*. Do mesmo modo, entendem que uma ação anulatória poderia fazer com que o bem que retorne ao patrimônio do devedor fosse executado por outro credor, com crédito mais privilegiado. Ademais, contraria a hipótese de anulação o fato de que o eventual produto da alienação do bem que seja, eventualmente, superior ao crédito exequendo não retorna ao terceiro, mas sim ao adquirente. Vê parte da doutrina, aí, a ineficácia do ato, não sua anulabilidade.

Tal posição, contudo, não é a majoritária na doutrina pátria, nem a que foi adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, como expressamente foi feito pelo artigo 158 do CC.

Desse modo, a posição doutrinária que pugna pela ineficácia do ato praticado em fraude contra credores, continuando os bens no patrimônio do terceiro, é uma posição *contra legem*, tendo em vista, além do artigo 158, também os artigos 165 e 178 da mesma codificação<sup>60</sup>.

Como ensina Carlos Roberto Gonçalves<sup>61</sup>, a *ação pauliana* acarreta anulabilidade do negócio jurídico fraudulento, retornando o bem ao patrimônio do devedor, tendo o Código Civil de 2002 seguido a diretriz da codificação de 1916. Defende este autor, expressamente, que o CC não adotou a tese de ineficácia relativa do ato praticado em fraude contra credores. Comungam dessa opinião respeitáveis juristas pátrios, como Sílvio de Salvo Venosa<sup>62</sup>, Sílvio Rodrigues<sup>63</sup> e Washington de Barros Monteiro<sup>64</sup>, entre outros, sendo acompanhados pelo Superior Tribunal de Justiça<sup>65</sup>.

Definido o negócio jurídico praticado em fraude contra credores como anulável, cabe perquirir sobre a natureza da sentença que julga a *ação pauliana*.

Como ensinam Bruschi, Nolasco e Amadeo<sup>66</sup>, uma vez definida a eficácia da sentença *pauliana* como anulatória, impende concluir que a ação tem eficácia constitutiva negativa, ou desconstitutiva<sup>67</sup>. Tal decorre da própria “natureza das coisas”, pois deriva da própria natureza

<sup>60</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit. p. 76.

<sup>61</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. op. cit., p. 433.

<sup>62</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. op. cit. p. 491.

<sup>63</sup> RODRIGUES, Sílvio. op. cit. p. 238.

<sup>64</sup> MONTEIRO, Washington de Barros; FRANÇA PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro. op. cit. p. 288.

<sup>65</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 518.678/RJ, Relator Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 16 de outubro de 2007.

<sup>66</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit. ps. 77-78.

<sup>67</sup> Aqueles que enxergam na *ação pauliana* a ineficácia do ato fraudulento discutem se seria uma ação declaratória ou constitutiva. Tal discussão, contudo, não será abordada no presente trabalho, pois, apesar da relevância, e do particular interesse sobre a temática, refoge ao tema proposto.

do instituto e da opção legal, pois o artigo 158 do CC estatui que os negócios jurídicos praticados em fraude contra credores são *anuláveis*.

Aliás, a caracterização da sentença da *ação pauliana* como desconstitutiva (ou constitutiva negativa) resulta em que o autor *decai* do direito de anular o ato fraudulento no prazo de 4 anos, contados a partir da realização do negócio jurídico prejudicial, consoante previsão do artigo 178 do CC. Salientam esses autores que, para o direito brasileiro, a fraude contra credores é um vício social do negócio jurídico, e que recebe tratamento legislativo praticamente idêntico aos demais vícios – coação, dolo, erro, estado de perigo e lesão.

A previsão de decadência para a propositura da *ação pauliana* é, aliás, outro argumento para se concluir pela natureza constitutiva da sentença que a julga, pois, consoante critério científico para distinção entre prescrição e decadência de Agnelo Amorim Filho<sup>68</sup>, as ações constitutivas estarão sujeitas à decadência, se assim fixado em lei.

Sendo procedente a *ação pauliana*, portanto, o ato ou negócio jurídico será anulado e o bem onerado fraudulentamente retornará ao patrimônio do devedor, para que, então, possa ser penhorado pelos credores, consoante previsão do artigo 165 do CC. Justamente pela eficácia da sentença *pauliana* ser preponderantemente constitutiva negativa, todos os credores serão beneficiados por ela, e não somente aquele que buscou a tutela jurisdicional.

A legitimidade ativa para a propositura da ação é dos credores quirografários, sendo que o credor com garantia real poderá, também, ajuizar a *ação pauliana* se o valor da garantia for insuficiente, pois é considerado quirografário em relação ao montante do débito que ultrapassar o valor do bem garantidor. De outro lado, a legitimidade passiva na *ação pauliana*, o CC estatua que “poderá ser intentada contra o devedor insolvente, a pessoa que com ele celebrou a estipulação considerada fraudulenta, ou terceiros adquirentes que hajam procedido de má-fé” (artigo 161), a melhor leitura do dispositivo é que a ação revocatória deverá ser movida em face de todos aqueles que participaram do ato fraudulento<sup>69</sup>, até porque a sentença atingirá todos, e não apenas o devedor.

Há, aí, litisconsórcio necessário unitário<sup>70</sup>, pois deverá atingir do mesmo modo todos os litigantes<sup>71</sup>, ou seja, atingirá todos aqueles que participaram da fraude, que integrarão o polo

---

<sup>68</sup> AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista de Direito Processual Civil**. São Paulo, v. 3º, ps. 95-132, jan-jun/1961.

<sup>69</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. op. cit. ps. 496-497.

<sup>70</sup> FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 7.

<sup>71</sup> DIDIER JUNIOR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 1. 17ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015. p. 449.

passivo da ação, sendo o litisconsórcio caracterizado como necessário por força do disposto no artigo 114 do CPC<sup>72</sup>.

Em resumo, a fraude contra credores é vício do negócio jurídico, anulável através de ação própria, em que haverá – caso a fraude seja perpetrada com a participação de mais de uma pessoa – litisconsórcio unitário, tendo em vista a necessidade de resolução da lide da mesma maneira para todas as partes. Sendo procedente, o bem retornará ao patrimônio do devedor, para que seja sobre ele exercida a responsabilidade patrimonial.

### 2.1.2 Fraude à execução

A fraude à execução, também uma das modalidades das chamadas “fraudes do devedor”, a seu turno, é fundamentalmente diferente da fraude contra credores, embora guarde similaridades aparentes.

Com efeito, a principal semelhança entre as duas fraudes reside no fato de que ambas são artimanhas que o devedor/executado utiliza para frustrar a efetivação da responsabilidade patrimonial, ocasionando prejuízo ao credor – o *eventus damni* é, portanto, elemento comum à fraude contra credores e à fraude de execução. Entretanto, o momento em que ocorrem, suas características e requisitos e a forma de repressão estatal são profundamente diferentes. De fato, é falsa a simetria existente entre as fraudes, como se a fraude contra credores fosse equivalente à fraude à execução antes de instaurado o processo. São institutos diferentes, com requisitos, efeitos e potencialidades danosas diferentes<sup>73</sup>.

Enquanto a fraude contra credores é instituto de natureza de direito material, com regulamentação específica feita pelo CC, a fraude à execução é instituto de índole processual, de direito público, portanto<sup>74</sup>, regulada pelo CPC/2015 e tida como ato muito mais gravoso, pois, além de atingir os interesses pessoais dos credores, também fere interesses do Estado-juiz, sendo, por isso mesmo, considerada ato atentatório à dignidade da jurisdição, desprestigiando a função jurisdicional<sup>75</sup>, submetendo o executado, além da sujeição à execução em curso, ao pagamento de multa de até 20% do valor do débito, em favor do exequente, consoante o disposto no artigo 774 do CPC/2015.

---

<sup>72</sup> Art. 114: O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

<sup>73</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit. p. 150.

<sup>74</sup> MOURA, Mário Aguiar. op. cit., ps. 3-4.

<sup>75</sup> ERPEN, Décio Antônio. A Fraude à Execução e o Desprestígio da Função Jurisdicional. **Revista dos Tribunais**. vol. 672/1991, p. 80, out/1991, p.12.

Ademais, a fraude à execução é considerada tão grave que merece, inclusive, a tutela do direito penal, considerado a última e mais gravosa esfera de proteção do direito, a *ultima ratio*, através da capitulação contida no artigo 179 do Código Penal<sup>76</sup>:

Art. 179: Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas;  
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.  
Parágrafo único: Somente se procede mediante queixa.

José Miguel Garcia Medina, comentando as semelhanças entre as fraudes, mas deixando clara a maior gravidade da fraude à execução, estatui que:

As coisas se passam de modo semelhante, na fraude contra credores prevista nos arts. 158 e ss. Do CC/2002 e na fraude à execução, mas há, neste caso, um *plus*: “Diferença marcante entre a fraude contra credores e fraude de execução situa-se na categoria do interesse violado com a prática do ato fraudulento. Com efeito, a primeira tem por violado interesse de natureza privada, qual seja o interesse privado do credor. De sua vez, na fraude de execução o interesse infringido é o da própria atividade jurisdicional, ou seja, macula-se o prestígio da própria jurisdição ou do Estado-Juiz”.<sup>77</sup>

As fraudes são diferentes, ademais, pela forma como a tutela judicial é provocada e pela eficácia do provimento jurisdicional.

Enquanto a fraude contra credores, para ser coibida, demanda a propositura de *ação pauliana*, consistente em ação autônoma, movida em face daqueles que praticaram o ato fraudulento, a fraude contra a execução, promovida no curso de demanda judicial – e, por isto, modalidade mais gravosa – é protegida muito mais energicamente, não demandando do exequente que promova nenhuma ação para anular o negócio jurídico que lhe prejudica, devendo tão somente peticionar ao juiz da execução, que poderá, de plano, nos próprios autos, reconhecer a inoponibilidade do negócio jurídico fraudulento<sup>78</sup>.

Desse modo, ao passo que aquele prejudicado por ato praticado em fraude contra credores deve provocar a morosa máquina judicial, esperar todo o trâmite do processo de conhecimento, para, somente após o trânsito em julgado da demanda *pauliana*, poder penhorar o bem do devedor – que poderá, ainda, se valer de todas as defesas inerentes ao processo de execução – aquele prejudicado em fraude de execução deve somente peticionar ao magistrado, que, se reconhecer a ocorrência da fraude, declarará o ato ineficaz e a execução, consequentemente, prosseguirá.

<sup>76</sup> Por fugir demasiadamente da proposta do presente estudo, o tipo penal não será aqui comentado. Para maiores informações acerca da proteção penal à fraude executiva: BITTENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal – Parte Especial. Vol. 3.** 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

<sup>77</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit., p. 942.

<sup>78</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 444.

Vê-se, desse modo, que a fraude à execução, por, justamente, ser fraude de índole bem mais gravosa, recebe tratamento especial do ordenamento jurídico, bem mais eficaz que aquele dispensado à fraude afeita ao direito material. Aqui, a tutela jurisdicional é muito mais rápida e efetiva, cabendo ao terceiro participante da relação jurídica fraudulenta, caso queira, provocar a tutela jurisdicional para defender-se, através de embargos de terceiro, os quais poderão ser opostos no prazo de 15 dias, consoante previsto no § 4º do artigo 792 do CPC. Há, portanto, uma inversão do “ônus da espera da resolução da demanda”, pois não é o credor que espera que a ação que move seja julgada procedente para que possa executar o bem do devedor, mas sim o adquirente que deve mover os embargos, que possuem natureza de ação<sup>79</sup>, para, após a procedência de sua defesa, ter como segura sua propriedade sobre o bem em disputa.

Outra diferença fundamental é o momento em que é perpetrada a fraude. Enquanto a fraude de natureza material é consubstanciada com a alienação fraudulenta após a constituição do crédito quirografário, a fraude processual é praticada no bojo de uma demanda judicial, seja ela uma ação de conhecimento ou uma ação de execução – ou seja, na fraude à execução há sempre uma demanda em curso, que é, aliás, o que atrai a proteção mais incisiva do Estado.

Que a fraude à execução é a praticada durante o curso de uma demanda é algo incontestado, havendo dissenso doutrinário, contudo, em relação ao momento em que se formaria a lide, ou seja, a partir de quando se considera existente o processo que enseja o reconhecimento de fraude à execução: se a partir da propositura da demanda ou da citação válida.

Alguns autores consideram que a simples distribuição da ação é suficiente para a caracterização do início do processo, não havendo motivo para que se exija a ultimação do ato citatório, pois esta exigência iria de encontro à própria finalidade da execução, privilegiando o adquirente desidioso e o devedor em detrimento do Estado e do exequente<sup>80</sup>. Entretanto, este entendimento é minoritário na doutrina pátria<sup>81</sup>, exigindo-se, majoritariamente, a citação do executado/devedor para que se possa cogitar de fraude à execução<sup>82</sup>, sendo este o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça<sup>83</sup>.

<sup>79</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 887.

<sup>80</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy; GUARIENTO, Daniel Bittencourt. Fraude de Execução: O Enunciado 375 da Súmula do STJ e o Projeto do novo Código de Processo Civil. IN: ARRUDA ALVIM NETO, José Manoel de *et al* (coords.). **Execução Civil e Temas Afins – do Código de Processo Civil de 1973 ao novo Código de Processo Civil: Estudos em Homenagem ao Prof. Araken de Assis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. ps. 359-360.

<sup>81</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit. p 92 – embora estes autores se filiem à corrente minoritária, com esta qualidade a reconhecem.

<sup>82</sup> Neste sentido: ASSIS, Araken de. op. cit., p. 226.

<sup>83</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 956.943/PR, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20 de agosto de 2014.



Em relação ao marco inicial de quando poderá ocorrer a fraude à execução, interessante é a posição intermediária adotado por Cândido Rangel Dinamarco, para quem, a princípio, a fraude só poderá ser reconhecida a partir da citação do devedor, podendo, contudo, em situações excepcionais, ser considerado o ato fraudulento antes mesmo da citação, mas desde que se comprove a efetiva ciência da demanda, como se vê:

Essa fraude não tem absolutamente como se caracterizar antes que um processo haja sido instaurado (formado) mas não é exato dizer que a simples formação do processo pela propositura da demanda já crie sempre, por si mesma, o clima propício à fraude executiva. Em princípio, reputa-se momento inicial do processo, para o fim de caracterização da fraude executiva, aquele em que é feita a *citação do demandado* e não aquele em que o processo tem início [...]; só então ele fica ciente da demanda proposta, não sendo razoável nem legítimo afirmar uma fraude da parte de quem ainda não tenha conhecimento da litispendência instaurada (poderá sim, eventualmente, ocorrer a fraude contra credores). Mas essa razão cessa quando por algum modo o demandado já tiver conhecimento da pendência do processo, antes de ser citado; essa é uma questão de fato a ser apreciada caso a caso, sendo legítimo considerar até mais maliciosa a conduta daquele que se furta à citação com o objetivo de desfazer-se de bens ou onerá-los antes que esta se consuma<sup>84</sup>.

Outra diferença entre a fraude contra credores e a fraude de direito público reside no efeito em relação às partes. Enquanto na fraude de direito material o negócio jurídico é anulado, com a restituição do bem alienado ao patrimônio do devedor (para ser imediatamente penhorado pelos credores) e a devolução do preço eventualmente pago pelo adquirente, na fraude à execução o ato é simplesmente *ineficaz*: o bem alienado é penhorado e expropriado como sendo do executado, e o produto de sua alienação, se superior ao montante do débito, retornará não ao devedor, mas ao terceiro. O negócio praticado em fraude à execução é plenamente hígido e válido, somente não produzindo efeitos em relação ao processo, conforme o artigo 792, § 1º do CPC, devendo o terceiro, se prejudicado pela expropriação, mover ação regressiva – totalmente estranha ao objeto da execução onde foi reconhecida a fraude, inclusive com partes e causa de pedir diferentes – para reaver do executado o que pagou pelo bem<sup>85</sup>.

Cândido Rangel Dinamarco bem sintetiza a questão da eficácia do ato praticado em fraude à execução. Para este autor<sup>86</sup>, eficácia é a capacidade do ato de produzir resultados na esfera jurídica das pessoas. Avaliada a questão conjuntamente com o princípio da responsabilidade patrimonial, ensina que o negócio fraudulento não possui defeitos internos, produzindo seus efeitos em relação ao devedor-alienante e ao terceiro-adquirente, sem, entretanto, possuir o efeito de deixar de responsabilizar o bem alienado pelas dívidas do executado. Desse modo, a fraude à execução deve ser encarada sob o prisma de preservar o

<sup>84</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., p. 443.

<sup>85</sup> DIDIER JUNIOR *et al*, 2012. op. cit. ps. 309-310.

<sup>86</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., ps. 425-427.

bem para a execução, não importando se o bem mudou ou não de dono, e quais negócios foram celebrados o tendo por objeto.

## **2.2 Requisitos para a caracterização da fraude à execução**

Como dito alhures, a fraude à execução possui índole muito mais grave, atingindo mais de um bem jurídico – pois, além do crédito do devedor, também atinge o prestígio da função jurisdicional – e, por isso, sendo repelida de maneira mais enfática. Mas não são somente os efeitos da demanda que se diferenciam; também os requisitos para a caracterização da fraude mudam, implicando, igualmente, em alteração da matéria a ser debatida e comprovada, e na modificação das provas a serem produzidas – e, conseqüentemente, alterar-se-á o sujeito ao qual se atribuirá o ônus de produzi-las.

A doutrina pátria encontra, basicamente, dois requisitos para que ocorra fraude à execução<sup>87</sup>: a existência de demanda em curso, também chamada de litispendência, e a frustração dos meios executórios.

Há alguns autores, ainda, como Marcelo Abelha Rodrigues<sup>88</sup>, que incluem um terceiro pressuposto para a caracterização da fraude à execução, qual seja, a má-fé do executado. Esta hipótese, contudo, não é necessária em todas as modalidades de fraude, sendo, de fato, prescindível na maioria das situações, servindo mais para caracterizar hipóteses específicas e ampliar o alcance da norma do que para funcionar como um requisito do instituto, como será explorado adiante.

O primeiro requisito é o marco temporal para a caracterização da fraude à execução, que exige a existência de uma demanda, seja de conhecimento ou de execução. Como explicado acima, para que um ato possa ser considerado como praticado em fraude à execução é necessário que o réu já tenha sido citado, perfectibilizando-se, assim, a relação processual. Tendo sido praticada uma alienação antes da citação, mas após a propositura da demanda, não se trata de fraude à execução, mas sim de fraude contra credores<sup>89</sup>.

Tal interpretação se deve ao fato de que a citação é um requisito da eficácia do processo em relação ao réu<sup>90</sup>, consoante o artigo 312 do CPC/2015. Desse modo, por ser a relação necessária à integração da relação processual<sup>91</sup>, somente a partir dela, como regra geral, poderá

---

<sup>87</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 225.

<sup>88</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit., p. 152.

<sup>89</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 225.

<sup>90</sup> DIDIER JUNIOR, 2015. op cit. p. 607.

<sup>91</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit, p. 308.

se cogitar que sejam praticados atos atentatórios à dignidade da jurisdição, como é o caso da fraude à execução. Antes da citação, não há demanda perfectibilizada<sup>92</sup>.

A frustração dos meios executórios, a qual, analisada à luz do artigo 792 do CPC, sobrepõe-se e supera a ideia de insolvência<sup>93</sup>, pois exige que haja estado deficitário do patrimônio do executado, ou seja, que não haja meios para satisfazer a execução. Tal situação é mais ampla que a ideia de insolvência, que alguns autores<sup>94</sup> tratam como requisito para a caracterização da fraude à execução, pois não se exige que o devedor se torne insolvente com a alienação do bem, mas tão somente que não possua mais bens penhoráveis, frustrando, desse modo, a atividade executiva.

De qualquer modo, a jurisprudência pátria traz como requisito para a caracterização da fraude de execução a insolvência do devedor<sup>95</sup>, inclusive o Superior Tribunal de Justiça<sup>96</sup>, a qual não é, contudo, grande óbice ao exequente, pois a própria inexistência de bens a penhorar já é exemplo inequívoco de insolvência<sup>97</sup>. Assim, a frustração dos meios executórios é uma espécie de “insolvência processual”, a qual caracteriza a fraude à execução.

Da análise dos requisitos para ambas as fraudes, conclui-se que a fraude à execução, via de regra, dispensa o *consilium fraudis*. Entretanto, a boa ou má-fé do executado não é elemento totalmente estranho à fraude de execução, e será analisado no presente estudo em momento oportuno (item 3.3), pois é utilizada, em algumas hipóteses específicas, para a caracterização ou não da fraude em comento.

Os requisitos da fraude à execução, contudo, não são sempre analisados da mesma forma em todas as hipóteses e casos previstos na legislação<sup>98</sup>, os quais serão analisados a seguir.

---

<sup>92</sup> Excetuando-se as situações em que o devedor já possui, independentemente da citação, conhecimento da demanda, como apontado alhures.

<sup>93</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 228

<sup>94</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit. p. 150.

<sup>95</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 228.

<sup>96</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental do Agravo em Recurso Especial nº 712.691/RS, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 22 de setembro de 2015.

<sup>97</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit. p. 152.

<sup>98</sup> Aliás, aqui reside outra diferença em relação à fraude contra credores: as hipóteses de fraude à execução estão previstas em lei.

## 2.3 Hipóteses de fraude à execução

Atualmente, a fraude à execução está prevista no artigo 792 do CPC/2015, o qual, pela sua central importância, merece aqui ser transcrito:

Art. 792. A alienação ou oneração de bem é considerada fraude à execução:

I – quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;

II – quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;

III – quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV – quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V – nos demais casos expressos em lei.

§ 1º A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente.

§ 2º No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição de certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

§ 3º Nos casos de desconconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconSIDERAR.

§ 4º Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias.

Nota-se, portanto, que as hipóteses da fraude processual são fundamentalmente diferentes das em que se pode observar a ocorrência de fraude contra credores, cabendo aqui, então, fazer uma análise pormenorizada de cada uma delas.

Impende destacar, inicialmente, que as hipóteses previstas nos incisos I, II e III (e, de certo modo, até a prevista no inciso V) são de caráter eminentemente objetivo, ou seja, uma vez verificada a hipótese que preveem, está caracterizada a fraude de execução, independentemente da realização de outro requisito, como a insolvência do devedor executado.

De outro lado, a hipótese encartada no inciso IV, cujo conteúdo é o qual produz o maior número de discussões, seja em sede teórica ou na vida prática, apresenta características de subjetividade. Com efeito, requer-se, para a ocorrência da fraude à execução baseada neste inciso, não somente a análise objetiva da situação, mas também a investigação sobre elementos próprios do devedor, a ocorrência da insolvência (ou ao menos a falta de bens expropriáveis).

Por fim, cabe também apontar que as hipóteses são independentes, ou seja, não é necessário, para a ocorrência de fraude à execução, que se verifiquem cumulativamente as situações previstas em todos os incisos. Assim, por exemplo, quando tiver sido averbada no registro do bem a constrição judicial não se exige que também haja ação de direito real sobre o bem. Em síntese, cada inciso do artigo 792 é uma hipótese separada e independente das demais.

### 2.3.1 Bem sobre o qual pende ação de direito real ou com pretensão reipersecutória

A primeira hipótese trazida pelo artigo 792 do CPC/2015 consiste na alienação de bem sobre o qual pende ação com base em direito real ou com eficácia reipersecutória, em ampliação ao que previa o Código de Processo Civil anterior, o qual considerava como fraude, neste inciso, tão somente a alienação na pendência de ação de direito real. No CPC/2015, portanto, também é fraude à execução a alienação do bem demandado pelo autor da ação em poder de terceiro<sup>99</sup>.

Nesta hipótese, o CPC/2015 dispensa o requisito da insolvência do executado, pois o que se busca é um bem específico, que é objeto litigioso em ação de conhecimento, e não propriamente a responsabilidade patrimonial do executado. Para a hipótese prevista no inciso I do artigo 792, portanto, dispensa-se a insolvência, sendo o único requisito a existência de demanda baseada em direito real ou com efeito reipersecutório.

Neste sentido, cabe aqui colacionar os ensinamentos de Marcelo Abelha<sup>100</sup>:

Essa é uma hipótese de fraude à execução que não protege a responsabilidade patrimonial, mas o bem que deve ser entregue na tutela específica para a entrega de coisa. Esse bem não tem papel instrumental, não precisa ser liquidado, pois é exatamente ele que o titular do direito deseja receber. Trata-se de efetivação judicial da norma primária da obrigação que recai sobre uma coisa específica.

Uma questão que surge deste inciso é sobre a ciência do adquirente em relação à demanda em curso. Aqui, coexistem duas situações, conforme delineado pelo art. 792: *a)* bens sujeitos a registro público; *b)* bens não sujeitos a registro público.

Como o inciso I requer a averbação da pendência do processo no registro do bem, caso exista, incumbe ao exequente o ônus de averbar, na matrícula do bem que pretende recuperar para si, a existência da demanda, havendo presunção absoluta de fraude em relação às transferências posteriores. Não havendo registro do bem, cabe ao exequente provar que o terceiro-adquirente conhecia da demanda em curso<sup>101</sup>. A questão da ciência do adquirente, e de sua boa-fé, será melhor explorada no item 3.3.

<sup>99</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 446.

<sup>100</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit. p. 152.

<sup>101</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 231.

### 2.3.2 Averbação do recebimento da execução no registro público – a averbação premonitória

Outra hipótese de fraude à execução encartada pelo CPC/2015 é a alienação de bem em cujo registro tenha sido averbada a existência de execução, nos moldes do artigo 828, a chamada averbação premonitória.

Com efeito, uma vez recebida a execução pelo órgão jurisdicional, o exequente poderá, antes mesmo da citação do executado, averbar a existência da demanda à margem do registro de bens que pretende, eventualmente, expropriar – respeitadas as hipóteses de impenhorabilidade – para presunção *jure et jure* de conhecimento da demanda por parte de terceiros<sup>102</sup>. A má-fé do adquirente, assim, é presumida de maneira absoluta, não comportando prova em contrário.

Na averbação premonitória o CPC/2015 privilegia o exequente proativo e diligente, que poderá, após o recebimento da execução, averbá-la no registro do bem que pretende expropriar. A lei processual, contudo, falha ao condicionar a averbação ao recebimento da execução, pois retarda a atividade do exequente diligente<sup>103</sup>, o qual poderá ser responsabilizado por averbação indevida<sup>104</sup>.

Nesta hipótese de fraude à execução excepciona-se o requisito da existência da demanda – que só virá a existir, de fato, com a citação do executado. Desse modo, poderá haver fraude antes que o devedor seja chamado a pagar o débito em execução, sendo exigido, contudo, que o momento da alienação seja posterior à averbação.

Sobre o requisito da insolvência do executado, entretanto, há certo dissenso doutrinário. Humberto Theodoro Jr., por um lado, defende que “nesse caso não se cogita de insolvência do executado nem de má-fé do terceiro adquirente. A fraude é presumida *ex lege*”<sup>105</sup>. De outro norte, Araken de Assis<sup>106</sup> defende que a insolvência do devedor é sempre necessária para a caracterização da fraude, não sendo diferente na hipótese do presente inciso.

<sup>102</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 231.

<sup>103</sup> A temática, apesar de interessante, não é objeto do presente estudo, de modo que não será aqui abordada. Entretanto, sobre o tema, sugere-se para consulta: ROCHA MENDES, Lucas. Averbação premonitória: alterações impostas pelo CPC/2015 e questões controvertidas. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/157188>. Acesso em 24/10/2016, 21h46.

<sup>104</sup> A este respeito: BORGES, Marcus Vinícius Motter; LAMY, Eduardo de Avelar. A responsabilidade do exequente pela averbação indevida do ajuizamento da ação e sua previsão no novo CPC. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; BRUSCHI, Gilberto Gomes; CHECHI, Mara Larsen; COUTO, Mônica Bonetti (coord.). **Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC: estudos em homenagem ao professor Araken de Assis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 236.

<sup>105</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 447.

<sup>106</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 231.

No ponto, precisas são as lições de Bruschi, Nolasco e Amadeo, as quais cabe aqui transcrever<sup>107</sup>:

A finalidade da averbação no registro do bem é gerar a presunção absoluta do conhecimento de terceiros de que corre contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.

Não há vedação para que o bem averbado seja alienado pelo executado, contudo, o bem continua responder pelas dívidas e poderá ser penhorado, pois o ato de alienação ou oneração realizado após a averbação no registro do bem, presumir-se-á em fraude à execução e será ineficaz perante o credor.

Neste caso a presunção de fraude é absoluta; caberá ao devedor-executado ou ao terceiro adquirente o ônus de provar que inexistia insolvência quando da alienação do bem objeto de averbação.

A averbação do ajuizamento da execução possui a mesma finalidade do registro da penhora (presunção absoluta de conhecimento de terceiros).

Se o executado for solvente e quiser alienar bem de sua titularidade que esteja gravado por uma averbação premonitória, poderá requerer ao juízo a transferência da restrição para outro bem do seu patrimônio de garantir a dívida.

Nota-se, portanto, que a fraude à execução, em hipóteses específicas, pode ocorrer mesmo que não leve o executado à insolvência, desde que haja averbação do gravame no registro do bem alienado ou onerado. A averbação afeta o bem ao processo, motivo pelo qual atos posteriores ao registro da penhora serão considerados em fraude à execução.

### *2.3.3 A averbação de ato de constrição de natureza judicial*

A terceira hipótese de fraude à execução trazida pelo CPC/2015 trata-se da alienação ou oneração de bem constricto judicialmente. Corresponde à hipótese de fraude do devedor a qual Cândido Rangel Dinamarco<sup>108</sup> denomina disposição de bem constricto judicialmente. É, para alguns autores, a forma mais grave de fraude do devedor<sup>109</sup>.

Trata-se de hipótese nova, trazida pelo CPC/2015, sobre a qual o Código de Processo Civil de 1973 – CPC/1973 era omissivo. Desse modo, trata-se de negócio jurídico ineficaz e que assume relevante gravidade. Importante frisar que é necessária a constrição judicial, caso contrário, poderá caracterizar a hipótese de fraude prevista no inciso IV do artigo 792<sup>110</sup>.

Nesta hipótese dispensa-se qualquer investigação sobre a má-fé do adquirente ou a insolvência do executado, optando o CPC/2015 por impor o ônus da averbação ao exequente,

<sup>107</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 95.

<sup>108</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., p. 422.

<sup>109</sup> AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; BRUSCHI, Gilberto Gomes; Nolasco, Rita Dias. A Responsabilidade Patrimonial Secundária e a Fraude à Execução do Atual CPC até o Novo CPC. **Revista dos Tribunais**. vol. 950/2014, p. 134, dez/2014, p.5.

<sup>110</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 232.

que é quem, extirpe de dúvidas, é o maior interessado na preservação do patrimônio do devedor-executado<sup>111</sup>.

O Superior Tribunal de Justiça, no exercício de sua função constitucional de pacificar as interpretações acerca do direito federal pátrio, já decidiu que a averbação possui o efeito de publicidade do ato de penhora, com presunção absoluta de conhecimento por terceiros<sup>112</sup>.

Dos atos de constrição de natureza judicial, o mais utilizado é a penhora, a qual é considerada como um vínculo de natureza processual que afeta os bens por ela atingidos à execução<sup>113</sup>. Desse modo, através da penhora um bem fica “reservado” para ser posteriormente expropriado, e, uma vez penhorado, todos os atos de disposição efetuados após a penhora serão, embora válidos, considerados ineficazes perante a execução em curso.

#### *2.3.4 Alienação na pendência de ação capaz de reduzir o executado à insolvência*

A última hipótese trazida pelo CPC/2015, tendo em vista que o inciso V é cláusula genérica, que meramente esclarece a possibilidade de serem em fraude à execução outros atos que a lei assim determine, é a alienação de bem no curso de demanda – aqui tida em seu sentido mais amplo possível, podendo ser uma ação cível, de conhecimento, em suas mais variadas modalidades, como declaratórias, constitutivas, condenatórias e mandamentais, ou de execução, ou até mesmo uma ação penal<sup>114</sup> – que poderá reduzir o réu à insolvência<sup>115</sup>.

De fato, embora não se trate de fraude à execução em sentido estrito, como nas hipóteses dos incisos I a III<sup>116</sup>, é a hipótese de fraude que mais provoca discussões e que mais demanda atenção, ensejando, inclusive, edição de enunciado sumular por parte do Superior Tribunal de Justiça, o de nº 375, o qual será explorado adequadamente no item 3.3.1.

Importante destacar que a aplicação deste inciso se distingue de quando o bem já está afeto à execução, através de atos de constrição judicial, demanda de direito real ou reipersecutória ou através de tutela cautelar<sup>117</sup>.

Como já dito alhures, esta hipótese de fraude contra a execução somente poderá se caracterizar após a citação do réu/executado, pois é a partir deste momento que a relação

<sup>111</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 449.

<sup>112</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.209.807/MS, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15 de dezembro 2011.

<sup>113</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op. cit., p. 29.

<sup>114</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 237.

<sup>115</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 450.

<sup>116</sup> MEDINA, José Miguel García. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 703.

<sup>117</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 450.



processual envolvendo o réu passa a existir<sup>118</sup>. Está presente, a partir da citação, portanto, o requisito da demanda preexistente para a caracterização da fraude.

Outra condição exigida para a caracterização da fraude é a *insolvência* do executado. A insolvência, conforme ensina Humberto Theodoro Jr., deve ser analisada em paralelo ao *eventus damni* exigido pela fraude contra credores<sup>119</sup>, pois não se cogita declarar como ocorrente em fraude à execução, ato que não diminua o patrimônio do devedor, ou que, se o faça, não o torne insolvente. O direito à propriedade (artigo 1.228 do CC) daquele que responde a demanda judicial permanece existente, vedando-se tão somente atos de disposição patrimonial incomuns, com fito de frustrar execução, presente ou futura. Assim, se um negócio jurídico não diminui o patrimônio do credor, ao contrário, o aumenta, não será o ato praticado em fraude à execução<sup>120</sup>.

A prova do evento danoso, contudo, sofre alterações em relação ao regime da fraude civilista. Como leciona Araken de Assis<sup>121</sup>, exigir do exequente que prove a inexistência de bens penhoráveis – insolvência, portanto – seria um exagero flagrante, com todas as dificuldades inerentes à (quase impossível) prova negativa. Segundo este autor, bastaria a devolução do mandato executivo, juntamente com certidão, confeccionada por oficial de justiça, de que não foram encontrados bens penhoráveis para estar caracterizada a insolvência do executado, com o consequente prejuízo à execução.

O Superior Tribunal de Justiça entende em sentido semelhante. Em julgado da 2ª Turma, de relatoria do Ministro Castro Meira<sup>122</sup>, embora tenha impingido o ônus da prova ao credor, a Corte considerou como requisito da insolvência para a caracterização da fraude a inexistência de outros bens penhoráveis ou a insuficiência dos até então apontados.

Caso o executado alegue que não é insolvente caberá a ele, por força do artigo 373, e, mais especificamente, do artigo 829, § 2º, indicar bens, livres e desonerados, à penhora, para que se comprove a possibilidade de satisfazer a execução em curso.

Questões diferentes surgem nesta temática relacionadas ao adquirente do bem alienado em fraude à execução, como, por exemplo: é necessária a existência de má-fé? Se sim, a quem incumbe a prova da má-fé? A averbação da ação, em conformidade com o artigo 828 do

<sup>118</sup> Nesse sentido, já decidiu STJ: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 944.250/RS, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 7 de agosto de 2007.

<sup>119</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 450.

<sup>120</sup> Sobre hipótese de permuta imobiliária, em que não se diminui o patrimônio do devedor, cabe aqui citar, para eventual consulta: CURY BICACILHO, Rodrigo. Permuta Imobiliária e Fraude de Execução. **Revista dos Tribunais**. vol. 963/2016, p. 379, jan/2016.

<sup>121</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 237

<sup>122</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 907.941/MS, Relator Ministro Castro Meira, Quarta Turma, julgado em 20 de março de 2007.

CPC/2015, faz prescindir da investigação sobre boa ou má-fé? Na ausência do registro da penhora, seria possível cogitar a existência de fraude à execução? O regime de prova seria o mesmo para todos os tipos de bens?

Surge, portanto, mais um elemento na análise da fraude à execução: o adquirente. De fato, além do interesse do credor e do Estado-Juiz surge o interesse de um terceiro, completamente alheio à execução em curso, que verá bem de sua propriedade ser expropriado para satisfação de dívida de responsabilidade de terceiro.

A existência do terceiro-adquirente é, obviamente, um complicador, que gerou calorosas discussões, com algumas decisões privilegiando o crédito exequendo<sup>123</sup> e outras privilegiando a segurança jurídica e a primazia da boa-fé nos negócios jurídicos<sup>124</sup>.

Buscando pacificar a questão, o Superior Tribunal de Justiça editou, sob a égide do CPC/1973, o enunciado sumular nº 375: “O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente”. Entretanto, a edição da Súmula nº 375 não foi o suficiente para pacificar a celeuma doutrinária instaurada, sobretudo após a vigência do CPC/2015, o qual trouxe novos contornos à fraude de execução. De fato, até pouco tempo atrás, com o julgamento do tema repetitivo nº 243, havia dissenso dentro da própria Corte de Justiça Superior.

Esta questão é o cerne do presente trabalho, e será abordada adequadamente em capítulo próprio (item 3.3), sendo no presente momento meramente referida.

## **2.4 Defesa do terceiro-adquirente**

Sendo comprovada a fraude à execução, a alienação praticada fraudulentamente será ineficaz em relação ao processo, expropriando-se o bem como se estivesse na esfera jurídica do devedor.

O terceiro-adquirente ficará, então, de mãos atadas, impotente, vendo seu bem ser executado sem qualquer reação? Evidentemente que não. A lei processual confere ao terceiro prejudicado pelos atos executórios meio próprio para defesa, até porque, se ele estava de boa-fé, será vítima da má-fé do executado. A defesa do terceiro será aqui abordada brevemente, de maneira meramente referencial, pois não é o escopo central do presente estudo.

---

<sup>123</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 655.000/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23 de agosto de 2007.

<sup>124</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 437.184/PR, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20 de setembro de 2012.

Ao contrário do que se sucede na fraude contra credores, que exige ação autônoma – a *ação pauliana*, a ser movida pelo credor –, a fraude à execução é reconhecida por mera decisão interlocutória do magistrado responsável pela execução. Enquanto naquela fraude há espaço para contestação, produção de provas, e todos os recursos inerentes ao processo de conhecimento; ao passo que nesta a decretação de fraude é feita de maneira incidental, com base em mera petição ou objeção do interessado.

Procurando oportunizar ao terceiro-adquirente que defenda a posse de seu bem, o CPC/2015 impõe no § 4º do artigo 792 que o magistrado, antes de reconhecer a fraude à execução, intime o terceiro adquirente para, querendo, opor embargos de terceiro no prazo de 15 dias, que são regulados no artigo 674 do CPC/2015:

Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

§ 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.

§ 2º Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos:

I - o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação, ressalvado o disposto no art. 843;

II - o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução;

III - quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte;

IV - o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.

Como se observa, o terceiro-adquirente, aqui comentado, enquadra-se na hipótese do inciso II do § 2º<sup>125</sup>. Os embargos de terceiro não são uma defesa propriamente dita, mas sim uma ação própria, cuja legitimidade ativa é do terceiro, alheio ao processo, e passiva recai ao exequente do processo em que foi reconhecida a fraude à execução<sup>126</sup>. O objetivo desta demanda, contudo, não é genérico, nem pode ela servir para extinção da execução, mas tão somente para liberar o bem constrito ou que esteja ameaçado de constrição<sup>127</sup>.

Por serem ação, os embargos de terceiro devem respeitar, quando cabível, os requisitos da petição inicial (artigo 319 e seguintes do CPC/2015), havendo diferenciação, contudo, em relação à citação do embargado, que, se possuir procurador constituído nos autos,

<sup>125</sup> O Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que são cabíveis embargos de terceiro quando se exige dilação probatória, como é o caso da discussão sobre a fraude de execução. A esse respeito: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.496.989/SC. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 05 de fevereiro de 2015.

<sup>126</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., ps. 887-891.

<sup>127</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., p. 869.

será intimado por meio de seu advogado<sup>128</sup>. A competência para julgamento é do órgão jurisdicional que constringiu o bem do terceiro, e o valor da causa será o do bem cuja penhora pretende se desconstituir.

Importante salientar que se admite a oposição de embargos de terceiro tanto de maneira repressiva, quando já foram realizados atos de expropriação do bem, quanto de maneira preventiva, ou seja, antes da constrição judicial, quando o adquirente se vê na iminência de ter seu bem constrito judicialmente<sup>129</sup>.

Uma vez opostos os embargos, serão eles processados através do procedimento comum (artigos 318 e seguintes do CPC/2015)<sup>130</sup>. Não há a suspensão imediata dos atos constitutivos determinados pelo magistrado, mas ele poderá, conforme prevê o artigo 628 do CPC/2015, se entender presentes os pressupostos para tanto, suspender a execução. Entretanto, como prevê o parágrafo único deste mesmo artigo, o juiz poderá exigir caução do terceiro, o que é, de certo modo, recomendável, para evitar que a defesa do adquirente seja utilizada tão somente para embaraçar a execução, devendo a caução ser dispensada somente em casos excepcionais<sup>131</sup>.

Especificamente em relação aos embargos de terceiro manejados para retirar a constrição sobre bem alienado ou onerado em fraude à execução, qual o prazo para a propositura da ação? Eles devem ser opostos após a intimação do terceiro, prevista no § 4º do artigo 792 do CPC/2015 – em 15 dias, portanto – ou segundo a regra geral, prevista no artigo 675<sup>132</sup>, também do CPC/2015, em até 5 dias após a adjudicação, alienação ou arrematação, mas ainda antes da assinatura da carta respectiva?

Araken de Assis<sup>133</sup>, por exemplo, defende que o prazo assinalado no artigo 792 dever ser harmonizado com o previsto no artigo 675, sendo o primeiro destinado à propositura dos embargos de terceiro com caráter preventivo, de modo que a posterior constrição do bem ensejaria a possibilidade da propositura de embargos repressivos.

---

<sup>128</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit., p. 616.

<sup>129</sup> MEDINA, José Miguel Garcia, op. cit., p. 614.

<sup>130</sup> AMARO DE SOUZA, Gelson. O Código de Processo Civil de 2015 – Procedimento na Fraude à Execução. **Revista de Processo**. vol. 249/2015, p. 203, nov/2015, p. 7 – este autor, aliás, critica a opção legislativa feita pelo CPC/2015, que não explicita o procedimento a ser seguido.

<sup>131</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit., ps. 624-625.

<sup>132</sup> Art. 675. Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

<sup>133</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., ps. 240-241.

Em linha semelhante segue Gelson Amaro de Souza<sup>134</sup>, para quem, privilegiando a inafastabilidade da jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal) os embargos de terceiro podem ser opostos enquanto não ocorrer a decadência do direito de ação.

Marcelo Abelha<sup>135</sup>, por outro lado, entende que o disposto no § 4º do artigo 792 cria um prazo decadencial para que o adquirente ajuíze os embargos, o qual, por ser regra geral, afasta a previsão do artigo 675 do CPC/2015. Ou seja, caso o terceiro-adquirente não oponha os embargos de terceiro no prazo de 15 dias, após intimado para tanto, não poderá mais fazê-lo.

José Miguel Garcia Medina<sup>136</sup>, a seu turno, entende que deve haver distinção entre duas situações: a primeira, quando o terceiro é intimado antes da decisão sobre a ocorrência ou não de fraude à execução, quando o prazo será de 15 dias contados após a intimação. A segunda ocorre na hipótese de a declaração da fraude ter ocorrido sem a manifestação do adquirente, situação em que poderá manejar os embargos na forma do artigo 675.

A harmonização destas duas hipóteses com certeza gerará grande discussão jurisprudencial, mas, por não ser objeto do presente estudo, não será abordada com maior profundidade.

Após a definição das fraudes patrimoniais, sobretudo da fraude à execução, bem como a análise de suas hipóteses e requisitos e de que modo a figura do terceiro-adquirente poderá interferir na questão, exsurge o ponto central do presente estudo: como a figura do terceiro será avaliada? Serão exploradas, após definidas as premissas básicas da fraude executiva, as regras de julgamento para seu reconhecimento, eventual efeito de boa ou má-fé sobre a declaração de ineficácia do ato, bem como quais os cuidados exigidos do terceiro para que não pratique, ou coadune, com atos fraudulentos.

---

<sup>134</sup> AMARO DE SOUZA, Gelson. op. cit., p. 7.

<sup>135</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit., p. 152. ps. 154-155.

<sup>136</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit., p. 616.

### **3 – AVERBAÇÃO DO GRAVAME OU DA CONSTRIÇÃO, BOA-FÉ E CUIDADOS DO ADQUIRENTE: NOVOS CONTORNOS LEGISLATIVOS E A SÚMULA Nº 375 DO STJ**

Após serem expostos os requisitos, as hipóteses e algumas considerações breves sobre a figura do terceiro-adquirente, cabe ao presente estudo, então, expor a problemática questão sobre a figura do terceiro-adquirente, sua proteção, seus eventuais deveres, as possibilidades que tem de se proteger e, também, de outro lado quais as possibilidades tem o credor de proteger seu crédito e quais ônus, eventualmente, cada parte deverá suportar, isso considerando os diferentes regimes a que estão sujeitos os bens, conforme suas especificidades. Além disso, se confrontará a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça com os ensinamentos da doutrina processual mais atual, a fim de se saber, tendo em vista as inovações legislativas ocorridas no ano de 2015, quais as diretrizes aplicáveis.

Para tanto, inicialmente será feita uma análise dos diplomas legais publicados no referido ano de 2015 – a Lei nº 13.097/15, que alterou o regime dos registros públicos – e o CPC/2015, avaliando-se, inclusive, por quais redações passou o diploma processual, e como isso influencia a atividade interpretativa. Por fim, será analisada a evolução jurisprudencial acerca da questão, conjuntamente com as considerações da doutrina pátria, para, então, poder se avaliar quais as modificações de fato trazidas pelo CPC/2015 e como elas conversam com a interpretação até então adotada pelo STJ.

#### **3.1 Alteração do regime dos registros públicos promovida pela Lei nº 13.097/15**

A Lei nº 13.097, publicada em janeiro de 2015, objeto de conversão da Medida Provisória nº 656, de 2014, versa sobre diversas matérias, desde legislação tributária até regulamentação do setor elétrico, passando por temas diversos, como a profissão de corretor de imóveis e cooperativas de transporte de cargas. Pela generalidade em que surge, é diploma alterador de diversas outras leis.

Para o presente estudo, contudo, interessa apenas uma pequena parte do diploma legal, qual seja, os artigos 54 e seguintes, que tratam dos registros públicos – inclusive modificando disposições da Lei nº 7.433/85 (Lei dos Registros Públicos) – e alteram, substancialmente, as discussões tecidas até o momento sobre fraude à execução.

Com efeito, assim dispõem os artigos 54 a 58:

Art. 54. Os negócios jurídicos que tenham por fim constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação a atos jurídicos precedentes, nas hipóteses em que não tenham sido registradas ou averbadas na matrícula do imóvel as seguintes informações:

I - registro de citação de ações reais ou pessoais reipersecutórias;

II - averbação, por solicitação do interessado, de constrição judicial, do ajuizamento de ação de execução ou de fase de cumprimento de sentença, procedendo-se nos termos previstos do art. 615-A<sup>137</sup> da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil;

III - averbação de restrição administrativa ou convencional ao gozo de direitos registrados, de indisponibilidade ou de outros ônus quando previstos em lei; e

IV - averbação, mediante decisão judicial, da existência de outro tipo de ação cujos resultados ou responsabilidade patrimonial possam reduzir seu proprietário à insolvência, nos termos do inciso II do art. 593<sup>138</sup> da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no Registro de Imóveis, inclusive para fins de evicção, ao terceiro de boa-fé que adquirir ou receber em garantia direitos reais sobre o imóvel, ressalvados o disposto nos arts. 129 e 130 da Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e as hipóteses de aquisição e extinção da propriedade que independam de registro de título de imóvel.

Art. 55. A alienação ou oneração de unidades autônomas integrantes de incorporação imobiliária, parcelamento do solo ou condomínio edilício, devidamente registrada, não poderá ser objeto de evicção ou de decretação de ineficácia, mas eventuais credores do alienante ficam sub-rogados no preço ou no eventual crédito imobiliário, sem prejuízo das perdas e danos imputáveis ao incorporador ou empreendedor, decorrentes de seu dolo ou culpa, bem como da aplicação das disposições constantes da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 56. A averbação na matrícula do imóvel prevista no inciso IV do art. 54 será realizada por determinação judicial e conterà a identificação das partes, o valor da causa e o juízo para o qual a petição inicial foi distribuída.

§ 1º Para efeito de inscrição, a averbação de que trata o caput é considerada sem valor declarado.

§ 2º A averbação de que trata o caput será gratuita àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei.

§ 3º O Oficial do Registro Imobiliário deverá comunicar ao juízo a averbação efetivada na forma do caput, no prazo de até dez dias contado da sua concretização.

§ 4º A averbação recairá preferencialmente sobre imóveis indicados pelo proprietário e se restringirá a quantos sejam suficientes para garantir a satisfação do direito objeto da ação.

Art. 57. Recebida a comunicação da determinação de que trata o caput do art. 56, será feita a averbação ou serão indicadas as pendências a serem satisfeitas para sua efetivação no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 58. O disposto nesta Lei não se aplica a imóveis que façam parte do patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas fundações e autarquias.

<sup>137</sup> Correspondente ao atual art. 828, cuja redação foi substancialmente alterada: sob a égide do CPC 2015, exige-se que a execução seja admitida pelo juiz para, só então, poder ser averbada à margem do registro do imóvel.

<sup>138</sup> Equivalente ao atual art. 792, sendo o inciso II referido correspondente ao inciso IV do diploma atual, ponto fulcral do presente estudo.

O artigo 59, a seu turno, alterou a redação do artigo 1º da Lei de Registros Públicos (Lei nº 7.433/85), excluindo a obrigatoriedade do tabelião de consignar, quando da lavratura do ato notarial, a apresentação das certidões de feitos ajuizados – diligência diretamente ligada à fraude de execução.

Como se vê da própria leitura do artigo 54, a Lei nº 13.097 foi publicada ainda sob a égide do CPC/1973, sendo, portanto, norma anterior ao Código de Processo Civil em vigor, o que é de fato importante na análise de qual dispositivo legal é aplicável ao caso em concreto.

O dispositivo em análise adota o princípio da concentração dos atos na matrícula do imóvel, o qual, buscando dar ampla publicidade, a fim de gerar a presunção absoluta de conhecimento daqueles atos por terceiros, obriga que o exequente traga para a matrícula do imóvel tudo o que se referir ao bem<sup>139</sup>.

Desse modo, são significativas as alterações promovidas por este diploma. Humberto Theodoro Jr., ao comentar a inovação legislativa<sup>140</sup>, defende que a eficácia dos negócios jurídicos que versem sobre direitos reais em relação a imóveis não será afetada por atos processuais relativos a citações em ações reais, ou com efeito reipersecutório, ou atos de constrição judicial se não estiverem averbados no registro de imóveis, consoante o artigo 54, incisos I e II.

Segundo este autor, no tocante à fraude de execução ora estudada, substancial é a alteração promovida pelo artigo 54, pois os atos ou negócios de alienação ou oneração de bens somente terão o condão de caracterizar a fraude se houver averbação da existência da ação que possa conduzir o autor à insolvência, além dos demais requisitos apontados anteriormente.

O espírito da norma é bem sintetizado pelo parágrafo único do artigo 54, o qual prevê que “não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no Registro de Imóveis [...] ao terceiro de boa-fé”. Em resumo, em uma primeira leitura do dispositivo, se a situação não está averbada no registro competente, ela *inexiste* em relação ao adquirente.

Com base nesta primeira interpretação, a fraude de execução relacionada a bens imóveis – na vida cotidiana aqueles que possuem maior valor, e os quais são objeto mais comum de fraude à execução – estará esvaziada da boa-fé do terceiro adquirente. Este, mesmo que o credor-exequente comprove a ciência da situação de insolvência, mais, que prove o *consilium fraudis*, não verá o bem ser objeto da responsabilidade patrimonial do exequente.

---

<sup>139</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 124

<sup>140</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 461.



A Lei nº 13.097, contudo, recebeu pesadas críticas da doutrina pátria, seja pela sua inconstitucionalidade e ilegalidade<sup>141</sup> (as quais serão abordadas com maior profundidade a seguir – item 3.1.1), seja por atender mais aos “interesses dos registradores de imóveis do que à segurança do comércio jurídico e à comodidade das partes”<sup>142</sup>.

De fato, as modificações trazidas pela conversão da Medida Provisória nº 656/2014, além da duvidosa constitucionalidade, demolem anos de construção doutrinária e jurisprudencial acerca da fraude à execução, eliminando muitas das possibilidades de que seja declarada, prejudicando ainda mais a possibilidade de satisfação do crédito exequendo. De outro lado, privilegiam a boa-fé do adquirente e a segurança dos negócios jurídicos, o que, apesar de louvável, foi feito de maneira desmedida, como se exporá adiante.

### *3.1.1 Inconstitucionalidade de medida provisória que versa sobre matéria processual e conflito de normas*

A crítica mais pesada tecida pela doutrina processualista nacional reside na inconstitucionalidade do artigo 54 da Lei nº 13.097. Isto porque as hipóteses elencadas nos incisos do referido artigo versam sobre matéria processual, a qual não pode ser regulada por medida provisória, consoante dispõe o artigo 62, § 1º, *b*, da Constituição Federal<sup>143</sup>.

Desse modo, como a Lei nº 13.097 é objeto de conversão da MP nº 656/2014, está eivada de inconstitucionalidade por vício na sua origem, pois a matéria que, no fundo, regula está entre as vedações do instrumento originário, que não tem seus vícios sanados ao ser convertido em lei, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal<sup>144145</sup>.

São defensores da inconstitucionalidade os autores Bruschi, Nolasco e Amadeo, que sintetizam<sup>146</sup>:

Ressalta-se que o art. 54 da Lei 13.097/2015 é claramente inconstitucional, pois, diz que os negócios jurídicos de alienação de bens imóveis são eficazes em relação a “atos jurídicos precedentes” e tais “atos” são listados como casos de atos processuais (citação, ajuizamento de demanda executiva e pendência de demanda que possa reduzir o devedor à insolvência – exceto o inc. III).

<sup>141</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., ps. 126 e seguintes.

<sup>142</sup>ASSIS, Araken de. op. cit., p. 230.

<sup>143</sup> Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. [...] § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a [...] b) direito penal, processual penal e processual civil [...].

<sup>144</sup>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade Recurso Especial nº 3.090/DF Relator Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, liminar julgada em 11 de outubro de 2016.

<sup>145</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade Recurso Especial nº 4.048/DF Relatora Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, liminar julgada em 14 de agosto de 2008.

<sup>146</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 127.

Ora, essa eficácia ou ineficácia do negócio jurídico de alienação de bem imóvel em relação à atividade executiva se opera no plano processual, sendo matéria tipicamente de processo (responsabilidade patrimonial secundária).

Assim, ao dizer que é eficaz o que o Código de Processo Civil diz que é ineficaz, o art. 54 disciplina sobre matéria processual, sendo, portanto, inconstitucional, por violar o art. 62, § 1º, I, b, da CF, com redação dada pela EC 32/2001.

Estes autores apontam<sup>147</sup>, ainda, que a Lei nº 13.097/15 padece de vício de legalidade, pois não observa o artigo 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que regulamenta a elaboração legislativa, como determina o artigo 59 da CF. Com efeito, por força da LC são vedadas as leis genéricas, pois, como dispõe o inciso I, cada lei tratará de um único objeto, o que, evidentemente, não ocorre com uma lei que trata de processo, tributos e regulação do setor elétrico, entre outros temas.

Outro autor que advoga pela inconstitucionalidade do artigo 54 da Lei nº 13.097 é Araken de Assis<sup>148</sup>, para quem, embora a disciplina legal se insira dentro de diploma afeito aos registros públicos é inequívoco que se cuida de norma que tem aplicação no processo civil, infringindo a Constituição da República.

De fato, as conclusões destes autores são irretocáveis. Além de o dispositivo indicar situações de fraude à execução, instituto que, como já anteriormente exposto, está situado dentro do direito processual civil, ele próprio faz referência ao Código de Processo Civil em duas passagens. Apesar de regular os registros públicos, a única possibilidade de o artigo 54 produzir efeitos é perante o processo, sendo, então, eivado de inconstitucionalidade.

Há outros autores, ainda, que, apesar de não apontarem a inconstitucionalidade da Lei nº 13.097, defendem sua inaplicabilidade, pois o CPC/2015 (Lei nº 13.105) é posterior à conversão da Medida Provisória nº 656, motivo pelo qual seriam aplicáveis tão somente as normas do CPC.

É o que defende Cássio Scarpinella Bueno<sup>149</sup>, para quem, em virtude do evidente confronto de normas, deve prevalecer a mais recente, que trata da mesma matéria<sup>150</sup>, motivo pelo qual não discorre o indigitado autor sobre a inconstitucionalidade do dispositivo registral, a qual entende flagrante.

<sup>147</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p.128.

<sup>148</sup>ASSIS, Araken de. op. cit., p. 22.

<sup>149</sup> BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 487.

<sup>150</sup> O CPC/2015, a bem da verdade, regulamenta matéria mais especializada, pois fala de fraude à execução, e não genericamente de registros públicos. Assim, mesmo que o conflito não fosse passível de ser resolvido pela via da norma mais recente, o seria pelo critério da norma mais especial, prevalecendo, de igual modo, as disposições processualistas.

Apesar do posicionamento doutrinário esposado pelo autor acima referido estar plenamente correto, é salutar que se desenvolva nos tribunais pátrios maior discussão sobre a inconstitucionalidade do artigo 54 (a qual ainda não ocorre), pois se daria maior segurança jurídicas às relações cíveis. De fato, se somente for desenvolvida a argumentação acerca do conflito de normas, eventual revogação do disposto no CPC/2015 poderia incorrer em aplicação da Lei nº 13.097, o que é impossível, dada sua afronta à Carta Magna.

### *3.1.2 A interpretação correta da Lei nº 13.097 sobre a fraude à execução*

Mas, então, como deve ser tratada a fraude à execução após as alterações legislativas levadas a efeito no ano de 2015 – CPC/2015 e Lei nº 13.097? Para os fins do presente estudo, as disposições constantes no artigo 54 da Lei nº 13.097 serão analisadas em conjunto com as seguintes balizas: prevalência do Código de Processo Civil e não aplicação das normas inconstitucionais, pois veiculou-se norma processual através de medida provisória.

De fato, as disposições da Lei nº 13.097 relativas à fraude de execução ou a registros públicos que afetem atos processuais são inconstitucionais, pois tratam-se de normas processuais veiculadas através de medida provisória, o que viola a Constituição Federal.

Além da inconstitucionalidade, as normas da Lei nº 13.097 não podem ser aplicadas à fraude executiva em virtude da promulgação do CPC/2015, em momento posterior, e que regula mais especificamente a matéria, pois enquanto a Lei nº 13.097 trata genericamente de registros públicos, é o CPC/2015 quem regula a fraude à execução, pois é diploma processual com normas mais específicas.

Qualquer que seja a linha adotada, nota-se que as normas processuais em relação à fraude de execução contidas na Lei nº 13.097 não devem ser aplicadas, versando sobre a fraude à execução tão somente o CPC/2015.

As disposições relativas ao direito registral, contudo, serão aplicadas em sua integralidade, pois não possuem os mesmos vícios que a regulamentação da matéria processual. Desse modo, o artigo 59 figura como constitucional, pois modifica regra de conduta do tabelião no momento da aquisição de imóveis, sem nada dizer sobre seus efeitos na seara processual<sup>151</sup>.

Analisar-se-á a seguir, portanto, a fraude à execução e a oponibilidade ou inoponibilidade de atos praticados totalmente alheios ao registro do bem sob o prisma das normas contidas no artigo 792 do CPC/2015, inclusive tendo por base seu processo legislativo

---

<sup>151</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 128.

e as diversas mudanças pelas quais passou até sua redação final (inclusive com alteração de numeração e substanciais modificações em seu conteúdo).

Inobstante prime-se pela aplicação da legislação processual, sem consideração profunda acerca das inovações ligadas ao direito registral, pelos motivos já expostos, não se pode olvidar que há autores que aplicam a Lei nº 13.097 à análise da fraude de execução, como é o caso de Humberto Theodoro Jr.<sup>152</sup>, José Miguel Garcia Medina<sup>153</sup> e Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini<sup>154</sup>.

### 3.2 As diferentes redações do atual artigo 792 do CPC/2015

Para a correta análise e interpretação das novas normas atinentes à fraude de execução, é salutar, mesmo que se faça de maneira breve, comparar as diferentes redações pela qual passou o atual artigo 792 do CPC/2015.

O CPC/2015 “nasceu” no Senado Federal, cujo projeto, que recebeu, nesta Casa, o número de 166, do ano de 2010, é de autoria do Senador José Sarney, datado de 08/06/2010, oriundo dos trabalhos da comissão de juristas instituída pelo Ato nº 379 de 2009. Na redação original a fraude à execução estava prevista no artigo 716, cuja redação era a seguinte<sup>155</sup>:

Art. 716. Considera-se fraude à execução a alienação ou a oneração de bens:  
I - quando sobre eles pender ação fundada em direito real ou obrigação reipersecutória, desde que haja registro público ou prova da má-fé do terceiro adquirente;  
II - quando houver registro público da constrição do bem objeto de ação pendente ou prova da má-fé do terceiro adquirente;  
III - nos demais casos expressos em lei.

Nota-se que a primeira redação do dispositivo fazia coro à Súmula nº 375 do STJ, reconhecendo a fraude à execução quando houver registro público ou prova de má-fé do terceiro adquirente. O elemento “má-fé” passava, por essa redação, a contar com expressa valoração legal, não sendo mais somente uma construção jurisprudencial, ainda que consolidada.

Ademais, percebe-se que não basta somente a existência da ação; é, como dito, necessária a prova da má-fé do adquirente ou a existência de registro público da ação. O objetivo da redação originária era, claramente, preservar a estabilidade das relações cíveis, sobretudo

<sup>152</sup>THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 461.

<sup>153</sup>MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit., p. 702.

<sup>154</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 2 Execução**. 15ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 164.

<sup>155</sup>BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 166/2010. Novo Código de Processo Civil: Anteprojeto. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=79547&tp=1>. Acesso em 01/11/2016

pela eliminação do ora disposto no artigo 792, IV, antigo artigo 593, II, do CPC/1973, qual seja, a existência de demanda que poderia conduzir o devedor à insolvência.

Entretanto, o texto final aprovado pelo Senado da República apresentou redação significativamente diferente, sendo a fraude à execução, nesta nova fase, regulada no artigo 749, que segue<sup>156</sup>:

Art. 749. Considera-se fraude à execução a alienação ou a oneração de bens:  
 I – quando sobre eles pender ação fundada em direito real ou obrigação reipersecutória, desde que haja registro público;  
 II – quando sobre eles existir a averbação da existência da ação, na forma do art. 785;  
 III – quando sobre eles existir registro de hipoteca judiciária ou de ato de constrição judicial originário da ação onde foi arguida;  
 IV – quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;  
 V – nos demais casos expressos em lei.  
 Parágrafo único. Não havendo registro, o terceiro adquirente tem o ônus da prova de que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

Como se vê, a redação final do dispositivo abandonou digressões acerca da má-fé do terceiro-adquirente, tornando a fraude à execução um instituto de natureza mais objetiva, ao contrário da redação anterior.

Interessante notar a guinada que foi dada em relação à redação final do Senado Federal. No então artigo 749 constava a expressão “não havendo registro”, ou seja, abarcavam-se duas hipóteses: a) o bem não possuía registro; e b) o bem possuía registro, mas a averbação do gravame não tinha sido feita. Em qualquer uma dessas hipóteses, o terceiro deveria se cercar das cautelas cabíveis.

Percebe-se a brusca mudança de “não havendo registro” para a redação atual, fruto da Câmara dos Deputados, em que consta “no caso de [...] não sujeito a registro”. Embora parecidas, as redações dizem coisas diametralmente opostas.

Comentando o processo legislativo acima delineado, Luiz Antonio Ferrari Neto faz importantes considerações acerca de suas implicações e mudanças<sup>157</sup>:

Tivemos a felicidade de, no segundo semestre de 2010, sermos alunos do Prof. Cassio Scarpinella no curso de pós-graduação *strictu sensu*, podendo, por meio dele, levar à Comissão Revisora do Senado sugestão de alteração do artigo supramencionado<sup>158</sup>. Nossa humilde sugestão tinha como objeto alertar para o problema que poderia surgir em decorrência da redação tal qual proposta. Assim, sugerimos o acréscimo o acréscimo de um quarto inciso que tinha como mote não deixar de lado o já disposto no art. 593, II, do CPC (LGL\1973\5) vigente, além de acrescentar um parágrafo único

<sup>156</sup> BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 166/2010. Novo Código de Processo Civil: Redação Final. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=85510&tp=1>. Acesso em 01/11/2016.

<sup>157</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 20.

<sup>158</sup> O autor referia-se ao então art. 716, colacionado acima.

para afirmar que a caberia ao terceiro adquirente comprovar que adotou as cautelas necessárias à aquisição do bem.

Para nossa felicidade o substitutivo do PLS 166/2010 corrigiu a falha do anterior art. 716 do projeto [...]

Assim, com a redação do substitutivo que foi aprovado pelo Senado e atualmente se encontra na Câmara dos Deputados pensamos sejam sanados parte dos problemas que hoje enfrentamos em decorrência das divergências existentes em torno da fraude à execução. É certo, porém, que outros problemas hão de persistir, como nos casos de alienações de bens móveis.

Enviado à Câmara dos Deputados no final de dezembro de 2010, o PLS 166/2010 recebeu o número de Projeto de Lei nº 8.046/2010, tendo sido criada comissão especial já em janeiro de 2011.

Ao final dos debates, foi apresentado um total de 900 emendas à versão final do Senado. Dessas 900, duas versaram sobre a fraude à execução: As Emendas na Comissão nºs 747 e 782<sup>159</sup>.

A primeira delas, de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, simplesmente restaurava a redação original do artigo 716, com base no princípio da boa-fé. A segunda, cuja autoria pertence ao Deputado Vicente Cândido, mais extensa, acrescentava diversos parágrafos ao então artigo 749, tornando o tratamento da fraude de execução bem mais complexo, na seguinte redação<sup>160</sup>:

Acrescentem-se os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 749, renumerando-se como § 1º o parágrafo único com nova redação:

§ 1º Na ausência da averbação prevista no art. 785 ou não constando a informação sobre a ação nas certidões forenses em nome do alienante, obtidas no domicílio deste ou no local onde se encontra o bem, a fraude à execução somente se caracterizará se ficar provado que o terceiro adquirente tinha prévio conhecimento da existência da ação.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se aos casos de desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 77, considerando-se, para os fins do inciso IV, o momento da decisão de que trata o art. 79.

§ 3º Não se caracteriza como fraude à execução a alienação pelo valor de mercado de bens integrantes do ativo circulante da empresa quando a atividade de compra e venda desses bens fizer parte de seu objeto social, salvo a existência da averbação prevista no art. 785 ou se os bens tiverem sido anteriormente penhorados ou arrestados.

§ 4º Antes de decidir, o juiz, sob pena de nulidade, deverá intimar o adquirente do bem.

§ 5º A declaração de fraude à execução torna ineficaz a alienação em relação ao exequente.

<sup>159</sup>BRASIL. Câmara dos Deputados. Emendas ao Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_emendas.jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?idProposicao=490267&subst=0](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas.jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?idProposicao=490267&subst=0). Acesso em 02/11/2016.

<sup>160</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Emenda do Deputado Vicente Cândido ao Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=955415&filename=EMC+782/2011+PL602505+%3D%3E+PL+8046/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=955415&filename=EMC+782/2011+PL602505+%3D%3E+PL+8046/2010). Acesso em 02/11/2016.

Justificava a alteração com o objetivo de estabelecer balizas mais seguras à análise da fraude, para garantir o equilíbrio entre credor e a segurança dos negócios jurídicos. Uma consideração interessante feita pelo deputado é que o desenvolvimento econômico do país depende de um mercado imobiliário ágil, onde o comprador pode ter segurança com base em informações objetivas de alcance público.

Outras considerações importantes tecidas na emenda nº 782 são sobre a desconconsideração da personalidade jurídica e a impossibilidade de se declarar a fraude à execução, sem prévio registro, de imóveis de sociedades empresárias cuja atividade seja, justamente, o comércio de imóveis. Por fim, aqui surge uma novidade interessante: a necessidade de oitiva do terceiro, já explorada no presente trabalho (item 2.4).

Após os debates legislativos, o texto final da Câmara dos Deputados regulou a fraude à execução no artigo 808, com redação praticamente idêntica à do atual artigo 792, somente com leves alterações de redação e um acréscimo no § 2º, para determinar a obrigatoriedade de obtenção de certidões não somente no local do domicílio do devedor, mas também no local da situação do bem<sup>161</sup>:

Art. 808. Considera-se fraude à execução a alienação ou a oneração de bem:

I – quando sobre ele pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;

II – quando tiver sido averbada, em seu registro, a pendência do processo de execução, na forma do art. 844;

III – quando tiver sido averbado, em seu registro, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV – quando, ao tempo da alienação ou oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V – nos demais casos expressos em lei.

§ 1º A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente.

§ 2º No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor.

§ 3º Nos casos de desconconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconSIDERAR.

§ 4º Antes de declarar a fraude à execução, o órgão jurisdicional deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de quinze dias.

Da análise das diversas redações que possuiu o artigo que regulamenta a fraude à execução, percebe-se que começou em posição que restringia as possibilidades de reconhecimento do ato fraudulento, até a atual redação, que dá margem a diversas discussões

<sup>161</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Redação Final do Novo Código de Processo Civil. Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?codteor=1246935&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+8046/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?codteor=1246935&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+8046/2010). Acesso em 02/11/2016.

doutrinárias e jurisprudenciais, sobretudo ao confrontá-la com discussões e decisões tecidas sob a égide do CPC/1973, cujas conclusões não são, necessariamente, invalidadas pelo CPC/2015.

Andou bem o legislador ao promover as reformas apontadas, pois protege o crédito do exequente sem olvidar a situação do terceiro-adquirente, que agora será intimado para apresentar seus embargos<sup>162</sup>, sendo este equilíbrio de interesses – somado ao de eventuais terceiros – uma das grandes dificuldades que sempre cercou o processo executivo<sup>163</sup>. Contudo, peca o CPC/2015 ao não definir regras específicas sobre o procedimento para reconhecimento de fraude à execução nem sobre a análise da boa-fé do adquirente, de modo que permanecem vivas as discussões sobre a Súmula nº 375 do STJ e seus desdobramentos, de maneira até mais ávida do que no Código antigo.

### **3.3 O enunciado sumular n. 375 do Superior Tribunal de Justiça e a boa-fé do terceiro-adquirente – evolução jurisprudencial**

A fraude à execução causou diversas divergências na jurisprudência pátria, sobretudo pela tormentosa questão de encontrar um equilíbrio entre a satisfação do crédito exequendo, a garantia da efetividade dos provimentos jurisdicionais executivos, que se transmuta em resguardar o próprio prestígio da atividade jurisdicional e os interesses de terceiros, quais sejam, a proteção da boa-fé e a segurança jurídica, tão cara às transações cíveis que ocorrem diuturnamente na vida de diversas pessoas<sup>164</sup>.

Assim, alguns autores e decisões judiciais, privilegiavam o interesse do exequente e da efetividade da jurisdição enquanto outros viam como mais dignos de proteção o terceiro-adquirente de boa fé e a segurança jurídica. Buscando pacificar a questão, o Superior Tribunal de Justiça editou o enunciado sumular nº 375, aprovado em 18 de março de 2009, cuja publicação no Diário Oficial de Justiça Eletrônico ocorreu em 30 de março daquele mês<sup>165</sup>, cuja redação é a seguinte: “O reconhecimento de fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova da má-fé do terceiro adquirente”.

---

<sup>162</sup> AMARO DE SOUZA, Gelson. op. cit., p. 4.

<sup>163</sup> CORREIA, André de Luiz; FLEURY, Rodrigo Ribeiro; SILVA NETO, Luis Antonio de Gama. O Exequente no Novo Código de Processo Civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**. vol. 70/2015, p. 169, out-dez/2015, p. 11.

<sup>164</sup> FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 17.

<sup>165</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Precedentes da Súmula nº 375. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013\\_33\\_capSumula375.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_33_capSumula375.pdf). Acesso em 05/11/2016.



Para tanto, a Corte Superior baseou sua decisão em 21 precedentes, sendo o mais antigo datado de março de 1991 e o mais recente de setembro de 2008.

Entretanto, a edição da Súmula nº 375 não foi suficiente para aplacar as discussões doutrinárias – e até mesmo jurisprudenciais – acerca da temática. Com efeito, além de críticas à própria súmula, surgiram questões relevantes e pertinentes, destacando-se, para o presente estudo, a tormentosa pergunta de “a quem cabe o ônus probatório?”, implicando, em suma, na existência ou inexistência da exigência do dever de diligência do adquirente para ser considerado como de boa-fé.

As críticas feitas à própria edição da Súmula centram-se em suposta dissonância do enunciado aprovado e da questão discutida nas decisões que a embasaram. Como aponta Luiz Antônio Ferrari Neto<sup>166</sup>, a edição do enunciado se baseou em decisões cujo conteúdo versava sobre alienações sucessivas – questão fundamentalmente diferente daquela em que o adquirente compra o bem do próprio praticante da fraude – o que não ficou satisfatoriamente claro quando da sua edição.

Além disso, como aponta o indigitado autor<sup>167</sup>, alguns dos precedentes utilizados para a edição da súmula tratavam de fraude à execução fiscal, cujas regras são diferentes daquelas aplicáveis à execução civil – ora enfocada. São exemplos o Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.046.004/MT, o Recurso Especial nº 739.388/MG e o Recurso Especial nº. 810.170/RS, questão essa a qual, igualmente, não ficou explicitada no enunciado aprovado pelo STJ.

Outro autor que critica a Súmula nº 375 do Superior Tribunal de Justiça é Cândido Rangel Dinamarco<sup>168</sup>. Este autor, ao comentar a edição do enunciado pelo STJ, aponta que ela pode induzir o intérprete a erro ou ideias diferentes das que emanam da lei e já são tradicionais no direito pátrio, pois:

a) ao exigir o *registro da penhora* como requisito para a configuração da fraude de execução, faz crer que essa fraude só seria configurável na pendência do processo ou fase executiva, e, ainda mais, com penhora realizada; b) ao aludir à má-fé do adquirente, parece exigir que para a fraude de execução esteja também presente o *consilium fraudis*. Esse conluio é inerente à fraude contra credores e não à fraude de execução e a preexistência de uma penhora caracteriza outra espécie de fraude, que torna ineficaz a insolvência a alienação independentemente do requisito da insolvência. É porém razoável entender que, ao falar em má-fé, aquela Súmula está aludindo simplesmente ao conhecimento, pelo adquirente, da pendência processual – quer seja ela cognitiva ou executiva; e que o *registro da penhora* serve somente para a dispensa dessa prova. Esse entendimento é apoiado por um dos precedentes da Súmula n. 375, no qual se diz que, “sem o registro da penhora, o reconhecimento de

<sup>166</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 15.

<sup>167</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 16.

<sup>168</sup>DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., ps. 445-446.

fraude à execução depende de prova do conhecimento por parte do adquirente do imóvel de ação pendente contra o devedor capaz de reduzi-lo à insolvência.

Além das críticas à própria Súmula nº 375, surgiram outras questões relacionadas à sua interpretação. Com efeito, a Súmula, ao dar destaque ao elemento “má-fé”, dá margem a diversas questões sobre o que é ou não boa-fé. O adquirente ignorante, no sentido de que não sabe, pode, simplesmente por essa condição ser considerado de boa-fé? Exigem-se cautelas do adquirente? Se sim, quais? A simples checagem na matrícula do imóvel é suficiente? Em resumo, a quem cabe o ônus de provar a boa ou a má-fé? Ao adquirente, que pode demonstrar que adotou as mínimas cautelas necessárias ou ao credor, já que vige a presunção de boa-fé nos negócios jurídicos?

Essas questões redundaram em frutíferas discussões na doutrina e jurisprudência pátria, com consistentes e bem fundamentados posicionamentos para ambos os lados. Como se vê, não é uma questão simples, pois envolve diversos valores, todos dignos de proteção e, em geral, três “vítimas” do ardil do devedor: o exequente, que vê prejudicado seu crédito, o terceiro, que pode perder bem de sua propriedade, adquirido através de negócio jurídico válido, e o Estado-Juiz, que vê sua atuação desprestigiada e inquinada de ineficácia. Invariavelmente, um dos dois primeiros prejudicados “sairá perdendo”.

Assim, surgem duas correntes doutrinárias acerca da correta interpretação sobre o ônus da prova da má-fé: uma primeira corrente privilegiando o crédito exequendo, defendendo que somente pode ser considerado como de boa-fé o adquirente que se cerca das cautelas médias necessárias, ou seja, que diligencia perante o distribuidor judicial para obtenção de certidões sobre a existência de demandas em face do vendedor; e uma segunda, que privilegia a boa-fé, defendendo que, se não consta nenhum gravame na matrícula do bem, não se pode obrigar o adquirente a diligenciar atrás de certidões judiciais do vendedor, devendo o exequente provar a existência de má-fé.

Impende ressaltar que essa discussão se restringe às hipóteses do atual artigo 792, IV, do CPC/2015, em que não há registro de constrição judicial ou averbação de existência no registro do bem. Havendo o registro ou averbação preexistente ao negócio jurídico celebrado entre devedor e terceiro há uma presunção absoluta de conhecimento da demanda, e, como consequência, de má-fé do adquirente<sup>169</sup>.

---

<sup>169</sup> Há de se salientar que os posicionamentos aqui elencados versam sobre a fraude à execução na hipótese em que o terceiro adquire o bem do devedor originário. As questões de alienações sucessivas são fundamentalmente diferentes, inclusive modificando a presunção de boa-fé para os autores que privilegiam o crédito exequendo.

São adeptos da primeira corrente autores como Bruschi, Nolasco e Amadeo<sup>170</sup>, os quais, inclusive, criticam a opção feita pelo STJ. Para eles, não há justificativa para a atribuição total do ônus probatório ao credor, pois entendem que a presunção de boa-fé é somente um ponto de partida, exigindo, para sua caracterização, que o terceiro-adquirente, valorizando a boa-fé objetiva (artigo 422 do CC, que consagra também o princípio da probidade), tenha tomado as cautelas devidas para a aquisição do bem, obtendo certidões de distribuidores forenses no local da situação do imóvel e no domicílio do vendedor.

Defendem que a opção expressa na Súmula nº 375 do STJ, ao isentar o adquirente de diligenciar atrás de certidões facilmente obteníveis, permite que o comprador se beneficie de sua própria negligência, contrariando o CPC/2015 – posterior à edição da Súmula nº 375 – que consagra os princípios da boa-fé objetiva e o dever de cooperação entre os atores do processo<sup>171</sup>.

Luiz Antonio Ferrari Neto<sup>172</sup>, ao tentar conciliar o direito do credor, o respeito ao comando judicial, a segurança jurídica, a boa-fé e a efetividade da tutela executiva, entende que as cautelas necessárias são variáveis entre os diversos tipos de bens e os valores envolvidos na transação, avaliando as condições econômicas e sociais dos participantes da transação.

Como se vê, o referido autor impõe ao adquirente o ônus da cautela, o qual deverá observar para que possa ser considerado um terceiro de boa-fé na relação jurídica. Como aponta<sup>173</sup>, o nível de cautela ideal é elevadíssimo – com a obtenção de certidões cíveis, criminais, eleitorais, trabalhistas e até militares, pois, embora não seja comum, todas as pessoas estão sujeitas a todas as justiça especializadas, embora algumas hipóteses possam ser mais raras – mas que não é observado na prática, inclusive por pessoas bem assessoradas juridicamente, como é o caso de instituições financeiras, sobretudo na aquisição de bens móveis.

Para este autor<sup>174</sup>, portanto, a Súmula nº 375 pode ser considerada em consonância com o ordenamento jurídico pátrio, com aplicação plena para alienações sucessivas. Entretanto, nos demais casos deverá ser apreciada com certa ressalva, qual seja, a inversão do ônus da prova, cabendo ao adquirente, para ser reconhecido como terceiro de boa-fé, provar que tomou as cautelas necessárias.

---

<sup>170</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., ps. 116-117.

<sup>171</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 117.

<sup>172</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 17.

<sup>173</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 18.

<sup>174</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., ps. 19-20.

Finaliza Luiz Antonio Ferrari Neto<sup>175</sup> pontuando que a penhora – ou averbação da execução no registro do bem, quando cabível – não é requisito essencial para a caracterização da fraude à execução, servindo como maneira de levar a demanda ao conhecimento de terceiros, com presunção absoluta.

Cândido Rangel Dinamarco, a seu turno<sup>176</sup>, entende que o ordenamento jurídico pátrio, bem como a jurisprudência dos tribunais nacionais, mostram-se compreensivos com o adquirente de boa-fé, não o sujeitando à ineficácia do negócio jurídico que entabulou com o devedor. Entretanto, defende que, para ser considerado como de boa-fé, deve se comportar com a diligência ordinária do homem comum, realizando pesquisas em cartórios de protestos e distribuidores judiciais.

Para Cândido Rangel Dinamarco, a interpretação sobre a fraude à execução não pode ser estanque, podendo o magistrado, no caso concreto, apreciar as provas de maneira diferente, consoante as particularidades da demanda e dos demandantes.

No mesmo sentido é o posicionamento de Kioitsi Chicuta<sup>177</sup>, para quem o ordenamento jurídico sacrifica o interesse do credor em prol do terceiro somente se este tiver adotado comportamento razoável, ou seja, a lei só protege o adquirente se ele tiver adotado a diligência ordinária do homem comum, não lhe perdoando se foi negligente ou desidioso no trato de seus negócios.

Há outros autores<sup>178</sup>, ainda, que observam que a possibilidade de averbação da execução – hodiernamente no artigo 828 do CPC/2015 – é uma faculdade do credor, sendo um dever do adquirente solicitar as certidões dos distribuidores cíveis e fiscais, pois é somente através da exigência dessas certidões que poderá saber se, ao tempo da alienação, corria demanda contra o vendedor.

Em posição contrária à primeira corrente exposta alhures, surge outra interpretação, também defendida por ilustres autores e por parte considerável da jurisprudência pátria, inclusive referendada por algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça.

Dentre os defensores da prevalência da boa-fé e da segurança jurídica, e, consequentemente, da maior proteção ao adquirente, encontra-se defesa enfática por Gelson

---

<sup>175</sup>FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 21.

<sup>176</sup>DINAMARCO, Cândido Rangel. op. cit., ps. 444-445.

<sup>177</sup>CHICUTA, Kioitsi. A Averbação do Ajuizamento da Execução no Registro de Imóveis. Reflexos da Alteração do Código de Processo Civil pela Lei 11.382/2006. **Revista de Direito Imobiliário**. vol. 63/2007, p. 264, jul/2007, p.3.

<sup>178</sup>TELHADA, Ana Paula Jardim. Averbação Premonitória à Luz da Súmula 375 do STJ. **Revista de Direito Imobiliário**. vol. 74/2013, p. 291, jan-jun/2013, p. 20.

Amaro de Souza. Para este autor<sup>179</sup>, cabe ao exequente fazer a prova dos fatos constitutivos de seu direito, ou seja, cabe a ele comprovar que ocorreu a fraude à execução, devendo provar tanto a insolvência do devedor quanto a má-fé do adquirente, comprovando sua ciência sobre a vinculação do bem ao processo de conhecimento ou execução.

Amaro de Souza critica a posição que pugna pela adoção “de todas as cautelas necessárias”, pois trata-se de conceito indefinido e de difícil compreensão. Além disso, a própria dicção do CPC/2015 sobre a fraude à execução, que impõe o dever de obtenção de todas as certidões necessárias, não elimina dúvidas, pois ainda se pergunta quais seriam essas certidões, em quais órgãos.

Conclui defendendo que a melhor opção legislativa seria impor o ônus da prova ao credor-exequente, que deveria provar que o terceiro tinha ciência da existência da demanda contra o vendedor ou da vinculação dos bens alienados ao processo. Critica especialmente a disposição do CPC/2015 sobre bens não sujeitos a registros – situação na qual o adquirente, por previsão legal, deve diligenciar atrás das certidões pertinentes – pois considera essa opção do legislador uma infelicidade, impondo um sacrifício injustificável ao adquirente, de modo que a doutrina e a jurisprudência deverão trabalhar melhor a questão, dando a melhor interpretação possível.

Marco Antonio Botto Muscari, ao passo em que aponta o dissenso doutrinário acerca da obrigatoriedade de obtenção de certidões<sup>180</sup>, por parte do adquirente, fixa seu posicionamento<sup>181</sup> primando pela maior segurança das transações imobiliárias, defendendo que terceiros de boa-fé não podem ser afetados por atos de outrem se desconheciam a situação; e, para além disso, deve-se lembrar que a boa-fé se presume, cabendo, a quem alega, a prova da existência de má-fé.

Sustenta esse posicionamento no fato de que o credor já possui um meio apto a levar ao conhecimento de terceiros a existência do processo – a averbação na matrícula do bem – e se não é diligente e toma as providências necessárias para proteger seu crédito é indevido que, posteriormente, seja privilegiado por suposta má-fé do terceiro adquirente.

Com efeito, defende Marco Antonio Botto Muscari que, se temos um registro do bem, cuja uma de suas finalidades é, justamente, dar segurança às relações jurídicas, parece indevido que se puna aquele que crê nas informações ali presentes (é, na verdade, um contrassenso). Não

---

<sup>179</sup> AMARO DE SOUZA, Gelson. op. cit., os 8-9.

<sup>180</sup> BOTTO MUSCARI, Marco Antonio. Presunção de Má-fé nas Transações Imobiliárias? **Revista de Direito Imobiliário**. vol. 63/2007, p. 287, dez/2007, p. 2.

<sup>181</sup> BOTTO MUSCARI, Marco Antonio. op. cit., ps. 4-5.

nega o autor que a prática convencionada, muitas vezes, a exibição das certidões dos distribuidores judiciais, o que, contudo, *não é uma exigência legal*, e, caso ela continue a ser perpetuada, será um modo de desprestígio do registro público e da segurança jurídica dele advinda – além de, acrescente-se, impor ao adquirente um ônus que não está previsto na lei.

Além disso, aponta<sup>182</sup> que a obtenção das certidões no domicílio do devedor e no local da situação do bem não são suficientes para eliminar completamente a dúvida que paira sobre a existência ou não de outras demandas, de modo que o credor deve valer-se do meio que possui disponível para proteger seu direito, não podendo atribuir má-fé a terceiro, justificando que foi desidioso em seus negócios, se ele próprio foi desidioso em um primeiro momento.

Em síntese, bem arremata o referido autor ao dizer que:

Considerando que o ordenamento *sempre* põe à disposição do credor, em processos de execução (averbação premonitória; averbação de penhora) e de conhecimento (registro da citação de ações reais/pessoais reipersecutórias; averbação do protesto contra alienação de bens), mecanismos hábeis a noticiar a existência de demanda por intermédio da Serventia Predial, é dele o ônus de provocar a inscrição no Cartório de Registro de Imóveis. Omitindo-se, dá sinal de negligência e fica impedido de, mais tarde, atribuir conduta “negligente” a terceiro que não estava obrigado, por lei, a efetuar pesquisa em distribuidores judiciais.

Importante destacar que, contudo, o autor defende que sempre será possível que o exequente prove que o adquirente tinha ciência da demanda que corria contra o vendedor-executado.

Nota-se, diante dos posicionamentos acima expostos, que, embora houvesse diversas correntes doutrinárias acerca da necessidade ou desnecessidade de obtenção, por parte do adquirente, de certidões cabíveis para poder ser considerado como de boa-fé, prevalecia o posicionamento de que o terceiro deveria se cercar das cautelas necessárias.

Este posicionamento, contudo, não foi o acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 956.943/PR, julgado sob o rito dos recursos repetitivos (tema repetitivo nº 243), e que será melhor explorado no capítulo seguinte, dada sua grande importância para o presente estudo.

Analisar-se-á no momento oportuno, também, se as premissas constantes na referida decisão – datada de 2014 –, bem como aquelas expostas na Súmula nº 375 do STJ, continuam válidas sob a égide do CPC/2015 ou se sofreram alguma alteração na forma como devem ser interpretadas.

---

<sup>182</sup> BOTTO MUSCARI, Marco Antonio. op. cit., p. 7.

*3.3.1 Tema repetitivo nº 243 do Superior Tribunal de Justiça: O julgamento do Recurso Especial nº 956.943/PR e regras para interpretação acerca Súmula nº 375*

Em 2014 o Superior Tribunal de Justiça iniciou o julgamento do REsp.nº 956.943, originário do estado do Paraná. A situação concreta submetida à análise do tribunal refere-se a embargos de terceiro, ajuizados por adquirentes de imóvel na cidade de Camboriú/SC, afeto a execução promovida perante juízo de direito localizado na comarca de Curitiba/PR.

Este bem foi alienado pelo executado aos embargantes em 1995 – e, posteriormente, em 2002, teve sua metade alienada a terceiro, também autor dos embargos – mas a constrição na matrícula do imóvel só foi levada a feito no ano de 2003, posteriormente, portanto, à alienação originária.

Entretanto, como à época da alienação originária corria demanda contra o devedor capaz de reduzi-lo à insolvência, iniciada em 1991 com prolação de sentença de mérito no ano de 1994, o juízo de primeiro grau, em decisão mantida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, entendeu caracterizada a fraude à execução no caso concreto, tendo por base o artigo 593, inc. II, do CPC/1973, atualmente correspondente ao artigo 792, IV.

Ao ascender ao STJ, a relatoria do Recurso Especial coube à ministra Nancy Andrigli, a qual, considerando a multiplicidade de recursos especiais com questão jurídica idêntica à do caso analisado, afetou o julgamento do REsp.nº 956.943/PR ao rito do artigo 543-C do CPC/1973<sup>183</sup>.

A discussão submetida a julgamento, para a formulação da tese, foi a seguinte: Questão referente aos requisitos necessários à caracterização da fraude de execução envolvendo bens imóveis, excetuadas as execuções de natureza fiscal.

O voto da ministra – a qual, inclusive, escreveu estudo doutrinário sobre a temática aqui apresentada<sup>184</sup> – alinhava-se à corrente doutrinária majoritária, entendendo que cabe ao adquirente diligenciar atrás das certidões cabíveis, não podendo, caso não aja com as devidas cautelas necessárias, ser considerado como de boa-fé. Nesse sentido, votou pelo desprovimento do recurso.

A ministra baseou sua posição na necessidade do combate à fraude de execução por ela não atingir somente os interesses particulares dos envolvidos, mas também interesse

---

<sup>183</sup> Atualmente, o julgamento de recursos repetitivos está regulado no artigo. 1.036 do CPC/2015.

<sup>184</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy; GUARIENTO, Daniel Bittencourt. Fraude de Execução: O Enunciado 375 da Súmula do STJ e o Projeto do novo Código de Processo Civil. IN: ARRUDA ALVIM NETO, José Manoel de *et al* (coords.). **Execução Civil e Temas Afins – do Código de Processo Civil de 1973 ao novo Código de Processo Civil: Estudos em Homenagem ao Prof. Araken de Assis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

público, muito mais amplo, do Estado-Juiz, pelo que merece reprimenda muito mais enfática do Poder Judiciário.

Defende ser incumbência do adquirente comprovar que não houve fraude à execução – vigorando presunção de má-fé do terceiro adquirente – pois, com base na teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, esta recai sobre aquele que possui melhores condições de produzi-la<sup>185</sup>.

São palavras da ministra Nancy Andrighi:

Aplicando-se a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à hipótese específica a alienação de bem imóvel em fraude de execução, conclui-se que o terceiro adquirente reúne plenas condições de demonstrar ter agido de boa-fé, enquanto que a tarefa que incumbiria ao exequente, de provar o conluio entre comprador e executado, se mostra muito mais árdua.

De fato, é impossível ignorar a publicidade do processo, gerada pelo seu registro e pela distribuição da petição inicial, nos termos dos arts. 251 e 263 do CPC, na hipótese de venda de imóvel de pessoa demandada judicialmente, ainda que não registrada a penhora ou realizada a citação.

Diante dessa publicidade, o adquirente de qualquer imóvel deve acautelar-se, obtendo certidões dos cartórios distribuidores judiciais que lhe permitam verificar a existência de processos envolvendo o comprador, nos quais possa haver constrição judicial (ainda que potencial) sobre o imóvel negociado.

A conclusão do voto indica que se presume em fraude à execução a venda de bem quando tiver sido ajuizada demanda de direito real ou que possa reduzir o devedor à insolvência, sendo que a averbação na matrícula do imóvel gera presunção *jure et jure* de fraude. Vigoraria, então, quando não houver qualquer gravame no registro do bem, presunção relativa de má-fé do terceiro adquirente, que deve provar desconhecer a demanda que corria em face do devedor, podendo, para desconstituir a presunção que lhe prejudica, apresentar certidões dos distribuidores judiciais, tanto do local do bem quanto do domicílio do devedor, dos últimos 5 anos.

Tal entendimento, contudo, não foi o acolhido pela Corte, que preferiu a orientação defendida pelo ministro João Otávio de Noronha, que o expôs em voto-vista, iniciando a divergência no julgamento.

No voto-vencedor, primou-se pela boa-fé do terceiro-adquirente, incumbindo ao exequente que comprove a ciência do adquirente sobre a demanda que corria contra o vendedor. Além disso, também assentou-se que, para a ocorrência de fraude à execução, é necessária a citação válida.

---

<sup>185</sup> Este entendimento doutrinário, aliás, é esposado por Bruschi, Nolasco e Amadeo (**Fraude Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015) como aplicável sob a égide do CPC/2015, até de maneira ainda mais enfática



Votaram com o mérito da divergência os demais ministros da Corte Especial. Há que se destacar aqui que, embora acompanhe o voto divergente, o ministro Sidnei Beneti faz a ressalva de seu posicionamento pessoal, tendente a acompanhar o defendido pela ministra Nancy Andrighi, ou seja, que o adquirente deve diligenciar atrás de certidões dos distribuidores judiciais.

O prolator do voto vencedor entendeu não ser razoável impor o ônus da prova ao terceiro-adquirente, pois isso colocaria em cheque a própria valorização da boa-fé, resumindo esta parte de sua defesa no brocardo “boa-fé se presume; má-fé se prova”.

Além disso, ponderou o ministro que a imposição do ônus probatório ao adquirente transformaria o artigo 659, § 4º, do CPC/1973 (correspondente ao atual artigo 844), em letra morta, pois nenhum credor arcaria com o ônus financeiro do registro do gravame se a favor dele milita a presunção de má-fé do terceiro.

Defende o ministro que a lei deu plenas garantias ao credor diligente, dando-lhe instrumento – averbação no registro do bem – para que provoque a presunção absoluta de conhecimento de terceiros em relação à demanda. No entanto, se não houver o credor agido com as cautelas devidas, sendo desidioso, não pode ser beneficiado com a inversão do ônus da prova. Pondera o relator do acórdão que se o adquirente pode ser diligente, assim também o pode o credor.

Acompanhando a divergência, o ministro Raul Araújo também prolatou seu voto, no qual encontram-se algumas observações interessantes, que em muito complementam o entendimento ao final adotado pelo STJ.

Sustenta este ministro que o credor diligente é aquele que obtém as certidões relativas à matrícula do imóvel, e que a má-fé não pode ser presumida nos negócios onerosos, salvo haja prévia averbação no registro competente.

Baseia seu entendimento no fato de que, para o adquirente realmente cauteloso, torna-se custosa qualquer aquisição, pois precisará saber quantos domicílios possui o alienante – situação especialmente tormentosa no caso de pessoas jurídicas com várias filiais – e em cada um deles buscar as certidões pertinentes, além de que deverá conhecer todo o patrimônio do devedor, para saber se a demanda pode ou não reduzir o réu à insolvência (aumentando a complexidade quando se trata de empresários).

Com efeito, seriam tarefas árduas as exigidas do terceiro-adquirente, enquanto ao credor a lei faculta a adoção de providência bem mais simples e eficiente.

Desse modo, a decisão final, após os debates e iniciada a divergência, que sagrou-se vencedora, foi assim ementada:

PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação:

1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.

1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.

1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.

1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo.

2. Para a solução do caso concreto:

2.1. Aplicação da tese firmada.

2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, consequentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes.

Assim, a tese firmada no julgamento do tema repetitivo nº 243 ficou com o seguinte texto:

Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação:

1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.

1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.

1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de torna-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.

1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após averbação referida no dispositivo.

### *3.3.2 A posição do STJ e a da doutrina majoritária*

Da análise da jurisprudência do STJ, sobretudo a partir das regras fixadas no julgamento do tema repetitivo nº 243, nota-se que os doutrinadores pátrios e a posição do Corte responsável pela uniformização da interpretação do direito pátrio estão em consonância na maioria das questões atinentes à fraude de execução.

De fato, a primeira concordância está no momento a partir do qual poderá se considerar a alienação como em fraude à execução, na hipótese ora encartada no artigo 792, IV, do CPC/2015.

Como ficou definido no acórdão cuja ementa segue colacionada acima, é necessária a existência de citação válida para que uma alienação ou oneração possa ser considerada como realizada em fraude à execução, ressalvada a hipótese de averbação no registro do bem, atualmente prevista no artigo 828, § 4º, do CPC/2015, cuja existência faz prescindir a citação válida para que seja possível se falar em fraude de execução.

Outro ponto sobre o qual a doutrina majoritária<sup>186</sup> e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – incluída nela a Súmula nº 375 – se alinham perfeitamente: havendo registro da constrição, presume-se a má-fé do adquirente, e seu conhecimento da demanda, estando caracterizada a fraude à execução.

Esse entendimento valoriza o registro público, cujo objetivo é, justamente, dar publicidade aos atos nele registrados e trazer segurança jurídica às relações negociais, não sendo sensato que alguém possa alegar desconhecimento se não cuidou sequer do registro do bem que irá adquirir, providência de fácil execução. Havendo averbação, a fraude à execução pode, inclusive, incidir sobre adquirentes sucessivos, ou seja, aqueles que compraram o bem não do executado, mas já de outras pessoas<sup>187</sup> – é um efeito claro da publicidade registral, que se espraia com efeito *erga omnes*.

De outro lado, como apontado alhures, o Superior Tribunal de Justiça e a doutrina majoritária diferem justamente no ponto que causa maiores discussões na fraude à execução: não havendo registro do bem ou não estando a existência do processo nele averbada, a quem incumbe o ônus da prova da má-fé do terceiro-adquirente?

Enquanto a doutrina espera do adquirente de boa-fé que “tome as providências usuais das pessoas honestas e cautelosas, ou seja, providencie a certidão do registro da distribuição no lugar da situação do imóvel”<sup>188</sup>, o Superior Tribunal de Justiça privilegiou a boa-fé e a segurança jurídica das transações imobiliárias.

Para a Corte Superior, a boa-fé nas transações imobiliárias deve ser presumida como regra, e não exceção, motivo pelo qual incumbe ao credor provar a existência da má-fé do terceiro-adquirente. Ademais, enquanto a doutrina majoritária considera que terceiro de boa-fé

---

<sup>186</sup> Gelson Amaro de Souza (op. cit., p. 7) faz ressalva em relação a este ponto, defendendo que o adquirente sempre poderá provar que estava de boa-fé.

<sup>187</sup> FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 14.

<sup>188</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 235.

é aquele que obtém, também, as certidões dos distribuidores judiciais no domicílio do vendedor e do local do bem, para o STJ o adquirente diligente é aquele que investiga o registro do bem. Ademais, a Corte considerou que, se a lei reserva ao credor meio para a proteção de seu crédito – averbação no registro do bem – não é justo que seja beneficiado por sua própria desídia com a inversão do ônus probatório em desfavor do credor que investigou o registro do imóvel.

Tal decisão foi muito criticada pelos autores pátrios, e o posicionamento do STJ está longe de ser consenso, até mesmo porque houve voto vencido em sentido diametralmente oposto à decisão final.

Bruschi, Nolasco e Amadeo<sup>189</sup> sustentam que o posicionamento adotado pelo STJ no tema repetitivo nº 243, endossando a Súmula nº 375, é um retrocesso processual, impondo ao exequente um ônus probatório diabólico, pois praticamente impossível. Defendem que o voto vencedor provavelmente não considerou que existem diversas manobras do devedor para elidir sua responsabilidade patrimonial, e que é mais coerente com o CPC/2015, exigir do terceiro-adquirente o dever de cautela e obtenção de decisões judiciais. Por fim, argumentam que o credor não pode ficar refém dos cartórios, os quais, às vezes, retardam o registro da constrição e do ajuizamento, o que piora com a nova codificação processual, pois o exequente só poderá obter a certidão para averbação após o recebimento da execução pelo juiz<sup>190</sup>.

Por fim, cabe salientar que a decisão do STJ não colide, *in totum*, com o posicionamento doutrinário majoritário: no caso de alienações sucessivas – comprador adquire o imóvel de vendedor que não é o executado – ambos entendem, caso não haja averbação no registro do bem, pela preservação dos terceiros-adquirentes sucessivos.<sup>191</sup>

### **3.4 Inovações trazidas pelo CPC/2015 e requisitos para a caracterização de fraude à execução na pendência de ação capaz de reduzir o executado à insolvência**

Embora a fraude à execução tenha mantido suas premissas gerais no CPC/2015, algumas regras foram acrescentadas – além da influência das inovações trazidas pela lei nova no restante de sua extensão – como a necessidade de intimação do terceiro-adquirente para que se manifeste.

<sup>189</sup>BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 119

<sup>190</sup>Percebe-se que, de fato, a nova lei processual andou mal neste sentido, pois cerceia a possibilidade de iniciativa do credor diligente. Seria melhor a manutenção da possibilidade de averbação da execução após o protocolo da petição inicial, para preservação do direito de crédito e valorização da segurança jurídica nas transações negociais.

<sup>191</sup>Neste sentido, por exemplo: FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 20.

No ponto abordado no presente estudo (distribuição do ônus da prova da boa ou má-fé do adquirente) o CPC/2015 não acabou com a celeuma encontrada anteriormente, ao contrário, ao invés de pacificar doutrina e jurisprudência amplificou as discussões possíveis.

Apesar de não pacificar a discussão apontada anteriormente, o CPC/2015 trouxe inovações interessantes, separando os bens, para fins de fraude à execução, em dois grupos distintos: os bens sujeitos a registro e os bens não sujeitos a registro, sendo esta diferenciação fundamental para a compreensão da fraude à execução e dos meios para a proteção do crédito exequendo, com regras diferentes a serem aplicáveis caso o bem possua ou não matrícula em cartório público ou órgão assemelhado.

#### *3.4.1 Bens não sujeitos a registro – o dever de cautela do adquirente*

O CPC/2015 processual adotou, no seu artigo 792, § 2º, em relação aos bens não sujeitos a registro, que são a maioria dos bens objetos de negócios jurídicos, a obrigação do terceiro-adquirente diligenciar atrás das certidões pertinentes, tanto do local onde se encontra o bem quanto do domicílio do vendedor. Tal disposição legislativa vai, expressamente, ao encontro do defendido pela doutrina processual majoritária, ao menos em relação a um tipo de bem.

Como apontado anteriormente, a redação final do artigo que regulamenta a fraude à execução sofreu modificações substanciais. Com efeito, a redação final aprovada é o exato oposto do que dizia o artigo aprovado pelo Senado Federal.

No então artigo 749 constava que “não havendo o registro, o terceiro adquirente tem o ônus da prova de que adotou as cautelas necessárias para a aquisição”. Assim, duas eram as situações previstas: ou o bem não é sujeito ao regime de registros públicos, ou o bem é sujeito ao registrador, mas não consta qualquer gravame na matrícula do bem.

Ou seja, se positivava o dever do terceiro-adquirente diligenciar para saber se faz um negócio seguro, em consonância com a posição defendida pela doutrina processual majoritária.

Havia clara opção pela proteção do exequente, pois ele poderia averbar a existência de gravame, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, ou confiar que eventual aquisição do bem feita sem os cuidados necessários seria considerada como de má-fé, incorrendo em fraude à execução.

Entretanto, a redação final do ora artigo 792 tomou solução diversa: apenas se o bem não estiver sujeito ao regime de registros públicos é que o terceiro-adquirente deve tomar as cautelas necessárias.

Nota-se, assim, que esta redação privilegia a segurança jurídica e o interesse do terceiro-adquirente de bem sujeito a registro, o qual será considerado de boa-fé tão somente se diligenciar investigando a matrícula do bem, em contraposição ao que dizia a redação final aprovada pelo Senado.

A inovação trazida pelo CPC/2015, até como fruto das guinadas pelas quais passou sua redação, não passou imune a críticas da doutrina nacional.

Uma primeira questão surge em relação à aplicabilidade da regra em todas as relações jurídicas ou não. É razoável declarar em fraude à execução a alienação de um eletrodoméstico em uma loja, cujo estado de crise e insolvência já está consolidado, ao consumidor que não adota as cautelas previstas no § 2º do artigo 792? Como a lei não faz distinção em relação ao valor, deverão ser adotadas as mesmas cautelas pelo adquirente de uma bicicleta usada e pelo comprador de uma máquina industrial de milhões de reais? De fato, a questão provocará discussões nos julgadores, devendo os tribunais pátrios encontrarem a interpretação correta ao artigo 792 do CPC/2015, de modo que não se inviabilizem atividades econômicas ou se impeçam transações negociais simples e de baixo valor.

Outro apontamento feito pela doutrina pátria crítica a essa disposição é sobre a indefinição do conceito de “certidões pertinentes”. Com efeito, embora a utilização de conceito vago dê margem para adequação da norma às particularidades de cada local de um país continental, também gera a confusão e a insegurança no adquirente.

Gelson Amaro de Souza, comentando a inovação legislativa<sup>192</sup>, critica a opção legislativa de determinar que o adquirente adote as cautelas necessárias. Pare este autor, o § 2º trata-se de inovação que não merece elogios, pois confunde o intérprete e impõe ônus desmedido ao adquirente. Argumenta que há uma confusão em relação às “certidões pertinentes”, de qual órgão? E se o devedor responder a demanda em comarca que não seja seu domicílio, como fica a situação do adquirente?

Apesar da disposição contida no CPC/2015 não ser imune a críticas, é inegável a preferência por norma escrita, a fim de garantir maior segurança às relações jurídicas. Agora, o adquirente ao menos sabe – por expressa previsão legal e não interpretação da norma pela doutrina ou jurisprudência – que possui o dever de diligenciar atrás das certidões pertinentes;

Em resumo, o CPC/2015 recepcionou expressamente, em relação aos bens não sujeitos a registro, uma inversão do ônus da prova, cabendo ao adquirente, para que possa ser considerado de boa-fé, apresentar as certidões cabíveis<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup> AMARO DE SOUZA, Gelson. op. cit., os. 8-9.

<sup>193</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 456.

O CPC/2015, contudo, apresenta ainda a indefinição sobre o conceito de “certidões cabíveis”, embora delimite o alcance geográfico da exigência legal, qual seja, o domicílio do devedor e o local da situação do bem.

Embora relativamente tormentosa, a questão pode ser resolvida através de interpretação e ponderação pela doutrina nacional. Com efeito, ainda sob a égide do CPC/1973 se defendia que incumbia ao adquirente de bem imóvel diligenciar atrás das certidões pessoais judiciais, as “negativas forenses”<sup>194</sup>.

Nada impede, portanto, que se aplique esta lógica, já consolidada na doutrina, às aquisições de bens não sujeitos a registro, sendo “certidões pertinentes” entendidas como “certidões de distribuidores judiciais dando conta da inexistência de demandas contra o devedor”.

Embora haja multiplicidade de jurisdições perante as quais o terceiro-adquirente realmente diligente possa diligenciar<sup>195</sup>, pode-se ter como suficiente a obtenção de certidões perante a justiça comum, tanto estadual quanto federal, e da justiça trabalhista.

Esta interpretação deriva de que é perante essas esferas que correm a maioria das demandas judiciais, sendo as demandas militares e trabalhistas mais raras e com menor probabilidade de impactar o processo de execução.

Com efeito, a justiça militar possui uma quantidade de processos muito menor que as demais jurisdições especializadas ou comum, e trata sobretudo de matéria penal militar, cujas hipóteses de influência perante o processo de execução civil são raras. Em relação à justiça eleitoral, a cobrança das multas e penalidades é feita através de dívida ativa, que possui regra específica para caracterização de fraude à execução<sup>196</sup>.

### *3.4.2 Bens sujeitos a registro – a possibilidade, e não dever, de averbação*

O CPC/2015 claramente dividiu as regras aplicáveis em relação aos tipos de bens entre não sujeitos a registro e os sujeitos a registro público, nada falando expressamente, contudo, em relação a estes.

<sup>194</sup> ASSIS, Carlos Augusto de. Fraude à Execução e Boa-fé do Adquirente. **Revista de Processo**. vol. 105/2002, p. 220, jan-mar/2002, p. 11

<sup>195</sup> FERRARI NETO, Luiz Antonio. op. cit., p. 17.

<sup>196</sup> Artigo 185 do Código Tributário Nacional: Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Com efeito, os bens sujeitos a registro não são poucos, e não raras vezes são de elevado valor, como imóveis (este tipo, aliás, é objeto de diversos processos de fraude à execução, se não o mais atingido pela fraude). São sujeitos a registro imóveis, automóveis, aeronaves, embarcações e vários outros bens<sup>197</sup>.

Em relação aos bens que possuem matrícula em registrador público, o CPC/2015 também não pacifica as discussões doutrinárias e jurisprudenciais, ao contrário, as amplifica em grande monta. Agora, três podem ser as interpretações possíveis, no tocante à fraude de execução de bens sujeitos a registro: a) a averbação é ato imprescindível para a caracterização de fraude à execução; b) a averbação é dispensável, exigindo-se má-fé do adquirente, cujo ônus probatório incumbe ao exequente; e c) a averbação é dispensável, e ao adquirente incumbe o ônus da cautela na aquisição do bem sujeito a registro.

A primeira interpretação é defendida por autores como Humberto Theodoro Jr.<sup>198</sup>, para quem a averbação não pode ser dispensada, pois foi erigida pelo ordenamento pátrio à categoria de pressuposto legal para o reconhecimento da fraude à execução, não havendo mais espaço para investigação sobre a boa ou má-fé do terceiro-adquirente. No mesmo sentido defende José Miguel Garcia Medina<sup>199</sup>, para quem o CPC/2015 exige a averbação no registro do bem para caracterização de fraude à execução, seguindo a orientação firmada pela jurisprudência do STJ.

Essa posição mais restritiva, contudo, não é bem vista por todos os doutrinadores pátrios. Um exemplo é Araken de Assis, para quem é absurdo exigir, para fins de fraude à execução, que o credor faça o dispendioso registro, nem sempre possível, pois pode se tratar, inclusive, de exequente carente. Assim, sendo o bem sujeito a registro e não havendo averbação, defende este autor que deve ser aplicada a Súmula nº 375 do STJ, exigindo-se a prova da má-fé do adquirente. Posicionamento semelhante é defendido por Marcelo Abelha<sup>200</sup> e Bruschi, Nolasco e Amadeo<sup>201</sup>, para quem a averbação não deve ser entendida como requisito para existência de fraude à execução.

O segundo posicionamento se mostra mais coerente, até porque inaplicáveis as regras previstas na Lei nº 13.097/2015, as quais imporiam a exigência da averbação. De fato, o CPC/2015 não traz a exigência da averbação, apenas permite que o credor possa utilizá-la para melhor proteger seu crédito. Se por um lado o credor que não averbar no registro do bem a existência de demanda que posa reduzir o réu à insolvência, não pode beneficiar-se de sua

---

<sup>197</sup> ASSIS, Araken de. op. cit., p. 236.

<sup>198</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 447.

<sup>199</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit., p. 944.

<sup>200</sup> ABELHA Rodrigues, Marcelo. op. cit., p. 151.

<sup>201</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., p. 91.



inércia, também não poderá ser prejudicado pela exigência de que adote diligência deveras custosa – seria desproteger ainda mais o crédito exequendo, sem que a lei de regência (CPC) tenha previsto qualquer ônus nesse sentido: a averbação é uma faculdade do credor, não um dever.

Assim, adotando-se o último posicionamento – mais ampliativo –, sendo o bem sujeito a registro e não havendo averbação em sua matrícula, abre-se espaço para investigação acerca da má-fé do terceiro-adquirente. Permanecem, assim, as questões e discussões acerca de a quem, então, caberia provar a má-fé e a ciência do terceiro, e se a jurisprudência deverá ser adequada ao CPC/2015.

### *3.4.3 Os novos contornos legislativos e a jurisprudência do STJ*

Expostas as inovações legislativas ocorridas no ano de 2015 – Lei nº 13.097 e CPC/2015 – bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Súmula nº 375 e o julgamento sob o rito dos julgamentos repetitivos do Recurso Especial nº 956.943/PR (tema repetitivo nº 243) – e o entendimento doutrinário acerca da matéria, cabe, então, se perquirir como será interpretada a fraude à execução daqui em diante, principalmente na hipótese do inciso IV do artigo 792.

Como exposto anteriormente, as regras aplicáveis à fraude de execução são, integralmente, as do CPC/2015. Embora a Lei nº 13.097 traga, para alguns, regras específicas em relação a imóveis, dada sua inconstitucionalidade por vício da medida provisória que a originou e a prevalência da norma posterior (CPC/2015), os bens imóveis devem ser trabalhados da mesma maneira que os outros bens sujeitos a registro.

Ao analisar a Súmula nº 375, chega-se à conclusão de que ela não deve ser reformada ou revogada após a vigência do CPC/2015, ao contrário, como defendem alguns autores, o artigo 792 consolida legalmente, ao menos em parte, o que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já vinha afirmando faz tempo<sup>202</sup>.

Do mesmo modo, as conclusões a que chegaram os ministros do STJ ao definirem o tema repetitivo nº 243 não são totalmente invalidadas pela chegada do CPC/2015, ao contrário, são, no aspecto particular da questão julgada (alienação de imóvel), reforçadas.

Entretanto, algumas inovações trazidas pelo CPC/2015, se não invalidam as ponderações da jurisprudência anterior a elas, ao menos impõem uma releitura das conclusões

---

<sup>202</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit., p. 944.

a que se chegou, principalmente pela divisão entre os bens sujeitos a registros e os não sujeitos a registro – estes sujeitos ao regramento previsto no § 2º do artigo 792. De qualquer modo, a Súmula nº 375 do STJ poderá permanecer com seu texto inalterado, dando-se à sua última parte, contudo, interpretação diversa a depender do tipo de bem que tenha sido objeto de negócio jurídico fraudulento.

Os bens não sujeitos a registro obviamente são incompatíveis com a primeira parte da Súmula nº 375 (“O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado...”) por sua própria natureza, entretanto, encontram-se plenamente abrangidos pela parte final do enunciado (“...ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.”), dando-se margem à investigação sobre a má-fé do terceiro-adquirente.

Em relação à prova da má-fé do adquirente, contudo, o CPC/2015 indica caminho diverso do adotado pela jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça. Ao analisar-se as premissas do tema repetitivo nº 243, pode-se concluir, por analogia, que cabe ao exequente que pretenda tornar ineficaz ato de alienação de bem não sujeito a registro provar a má-fé do terceiro-adquirente, sem que haja ao comprador o ônus de obtenção de certidões.

Entretanto, o CPC/2015 traz regras diferentes: para o terceiro poder ser considerado como de boa-fé, deve providenciar as certidões pertinentes no local da situação do bem e no domicílio do adquirente: O CPC/2015 positiva, para bens não sujeitos a registro, o dever de cautela do adquirente.

Inobstante receba críticas de parte da doutrina nacional<sup>203</sup>, é inegável o avanço trazido pelo CPC/2015 ao prever norma regulamentadora da questão, acabando, em parte, com a discussão doutrinária a respeito do dever de obtenção de certidões. Assim, surge agora o dever legal do comprador de bem não sujeito a registro adotar as cautelas necessárias, não as respeitando, não poderá ser considerado terceiro de boa-fé, pois viola o dever de boa-fé objetiva<sup>204</sup>.

O § 2º do artigo 792, portanto, segue a linha esposada pela doutrina majoritária pátria, que, em relação aos bens não sujeitos a registro, ganha reforço argumentativo imensurável. A Súmula nº 375 do STJ não é derogada, mas, em relação a estes bens, a segunda parte do enunciado deve ser interpretada de maneira diferente da que vinha sendo anteriormente: agora, para este tipo de bem, a prova da inexistência de má-fé incumbe ao terceiro-adquirente – e não ao exequente – que deverá provar que adotou as cautelas necessárias, obtendo as certidões pertinentes tanto no local da situação do bem quanto no domicílio do vendedor.

---

<sup>203</sup> Por exemplo: AMARO DE SOUZA, Gelson. op. cit., p. 9.

<sup>204</sup> CORREIA, André de Luiz; FLEURY, Rodrigo Ribeiro; SILVA NETO, Luis Antonio de Gama. op. cit., p. 12

Uma última questão surge nesta situação: apresentando o adquirente as certidões, exclui-se totalmente a possibilidade de reconhecimento de fraude à execução? Tudo indica que não.

Com efeito, para evitar desproteger ainda mais o crédito e dar abrigo legal a situações totalmente fraudulentas, como a “alienação” de bem a amigo íntimo do devedor, sendo que este continua na posse e gozo do bem, a jurisprudência não pode descuidar de apreciar situações de evidente fraude tão somente porque não foi realizada dispendiosa providência (averbação) por parte do credor. Contudo, mesmo que se abra possibilidade para a prova da má-fé do terceiro-adquirente, o ônus probatório incumbirá ao exequente, que deverá comprovar, por outros meios e de maneira cabal, o conluio fraudulento, não bastando a simples existência da demanda e a insolvência do executado.

A questão relativa à fraude de execução perpetrada através de bens sujeitos a registro, sobretudo imóveis, provavelmente a situação mais discutida na doutrina e jurisprudência nacionais, não recebeu o mesmo tratamento do CPC/2015, permanecendo inalteradas as premissas estabelecidas no tema repetitivo nº 243 – em verdade, as conclusões do julgamento foram reforçadas.

Com efeito, muito embora haja respeitável posicionamento doutrinário entendendo que a existência de averbação é imprescindível para o reconhecimento de fraude à execução em relação a bens sujeitos a registro<sup>205</sup>, o CPC/2015 não faz essa ressalva em relação à hipótese do inciso IV, como o faz nos incisos II e III. Assim, caso haja a alienação de bem sujeito a registro no curso de demanda que reduza o vendedor à insolvência, esta poderá ser considerada como em fraude à execução independentemente da averbação da demanda no registro do bem, desde que seja comprovada a má-fé do terceiro-adquirente.

Havendo margem para investigação da má-fé do adquirente, sob a égide do CPC/2015 deve ser privilegiada a boa-fé do terceiro-adquirente, independentemente da obtenção de certidões de distribuidores judiciais, como decidiu o STJ, ou a ele incumbe investigar possíveis demandas existentes contra o vendedor, em consonância com o que defende a doutrina majoritária e prevê o § 2º do artigo 792?

No ponto, tudo indica que a Súmula nº 375 permanecerá inalterada, devendo ser interpretada em consonância com as premissas definidas pelo Superior Tribunal de Justiça no tema repetitivo nº 243.

---

<sup>205</sup> Como exemplo: THEODORO JUNIOR, Humberto. op. cit., p. 456.

Embora haja posicionamento doutrinário respeitável em sentido contrário<sup>206</sup>, o CPC/2015 não trouxe os mesmos elementos dos bens não sujeitos a registro – dever de cautela e de obtenção de certidões – para os bens sujeitos a registrador público, permanecendo inalteradas as conclusões da Corte Superior.

Um argumento central para a defesa da tese da prevalência da boa-fé, inclusive, ganha reforço. A inexistência de previsão legal para compelir o adquirente a diligenciar atrás de certidões de distribuidores judiciais<sup>207</sup> permanece, e é até amplificada. Se o Código separa bens sujeitos a registro de bens não sujeitos a registro, e a estes, expressamente, impõe o dever de cautela, não é razoável crer que o legislador se omitiu por descuido, a omissão foi intencional: apenas o adquirente de bem não sujeito a registro deve “adotar as cautelas necessárias”, não impondo a lei o mesmo dever ao adquirente de bem sujeito a registro.

O CPC/2015 consagra, de certa maneira, o princípio da concentração<sup>208</sup>, que prevê que todos os atos vinculados a bem que possua registro público devem ser levados a feito no registrador. A lei opta por proteger a segurança jurídica, cabendo ao adquirente de bem sujeito a registro tão somente investigar a matrícula do bem para poder se considerado como de boa-fé.

Além disso, o julgamento do Recurso Repetitivo sobre a matéria versava, expressamente, sobre bem sujeito a registro, de modo que as conclusões expostas em relação a imóvel podem ser estendidas aos demais bens sujeitos a registro, ou seja, o ônus da prova da má-fé do adquirente é do exequente.

As ponderações da jurisprudência do STJ acerca da presunção de boa-fé nos negócios jurídicos, preservação da segurança jurídica, ônus probatório<sup>209</sup> permanecem inalteradas, no tocante especificamente a bens sujeitos a registro, pois não foram infirmadas por qualquer alteração do CPC/2015, ao contrário, pode se dizer que foram até amplificadas.

Em resumo conclusivo, textualmente a Súmula nº 375 poderá permanecer inalterada, devendo ser levemente alterada, contudo, a jurisprudência da Corte responsável pela uniformização da interpretação da lei nacional, a depender das duas situações em que, agora, o CPC/2015 divide a fraude à execução.

Se o bem não estiver sujeito a regime de registro público, incumbirá ao terceiro-adquirente adotar todas as cautelas necessárias, diligenciando atrás das certidões pertinentes

---

<sup>206</sup> BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit.

<sup>207</sup> BOTTO MUSCARI, Marco Antonio. op. cit., p. 5.

<sup>208</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. op. cit., p. 944.

<sup>209</sup> Há autores com posicionamento em sentido contrário, como BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. op cit., ps. 120-123.

para poder ser considerado de boa-fé. Se não o fizer, deverá ser considerado como de má-fé e verá seu bem ser objeto da execução, pois ineficaz o negócio jurídico através do qual o executado o alienou.

Caso o bem esteja sujeito a matrícula em registrador público – cartório ou órgão oficial – a jurisprudência do STJ permanecerá inalterada: caso haja prévia averbação, haverá presunção absoluta de conhecimento da demanda, sendo o negócio jurídico declarado ineficaz o bem sujeito à execução; não havendo qualquer gravame no registro, o terceiro-adquirente parte de uma posição de boa-fé, independentemente da obtenção de certidões nos distribuidores judiciais, cabendo ao exequente o ônus probatório de comprovar a má-fé do terceiro.

Diversas são as questões atinentes à fraude de execução e aos interesses do terceiro-adquirente que não foram totalmente resolvidas com a entrada em vigor do CPC/2015. Com efeito, discussões antigas se potencializam, novas discussões surgem e ainda resta a questão sobre como o terceiro-adquirente poderá evitar incidir na hipótese do inciso IV do artigo 792, sendo diversos os posicionamentos ainda possíveis, seja privilegiando o interesse público da execução e privado da satisfação do crédito, seja valorizando a boa-fé e a segurança jurídica.

## CONCLUSÃO

A grande questão que tem envolvido a fraude à execução nos últimos anos refere-se à boa-fé do terceiro-adquirente, seus deveres, e em quais hipóteses poderá ele fazer uma aquisição segura, na qual o comprador saiba que não verá seu bem ser expropriado para a satisfação de um crédito ao qual não está obrigado.

A pesquisa elaborada buscou, então, investigar quais os fundamentos e pressupostos da fraude à execução, bem como caracterizá-la e investigar, em leis, doutrina e jurisprudência, quais os requisitos e hipóteses para que o terceiro-adquirente seja protegido da declaração de ineficácia do negócio jurídico.

Para tanto, no primeiro capítulo foi exposto o instituto que justifica a existência da fraude à execução, a responsabilidade patrimonial, e qual sua relação com o processo de execução. De igual modo, explicitou-se qual o meio executivo que a alienação fraudulenta pretende frustrar, a expropriação.

Já no segundo capítulo foram trabalhadas as fraudes patrimoniais, dando-se destaque à fraude executiva. Foram expostos seus requisitos, definidas suas hipóteses, efeitos e demais características, buscando justificar a necessidade de sua reprimenda. De outro lado, introduziu-se a figura do terceiro-adquirente, e os meios pelos quais ele pode defender o bem de sua propriedade.

Por fim, no terceiro capítulo, a questão da boa-fé do terceiro adquirente foi aprofundada. Avaliou-se os diplomas legais editados no ano de 2015, a posição doutrinária acerca do tema, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – notadamente a Súmula nº 375 e o tema repetitivo nº 243 – e buscou-se encontrar o posicionamento mais equilibrado, que equacione corretamente, proteção da boa-fé do terceiro e segurança jurídica, sem, contudo, descuidar de considerações sobre o direito de crédito, sobre a efetividade da execução e da proteção da própria jurisdição.

Do estudo elaborado, foi possível identificar que os diplomas legais atinentes ao tema editados no ano de 2015, a Lei nº 13.097/15 e o CPC/2015, poderiam, em tese, jogar luzes sobre a questão da proteção do terceiro-adquirente, pacificando, completamente, doutrina e jurisprudência, e, para além disso, criar mecanismos efetivos para a proteção da segurança jurídica, sem, de outro lado, descuidar do exequente, já tão desprotegido em diversas situações. Não foi isso o que aconteceu.

A Lei nº13.097/15, que promoveu alterações no regime dos registros públicos, está evitada de inconstitucionalidade, pois é fruto de Medida Provisória que, no fundo, versava sobre matéria processual. Além disso, sofreu pesadas críticas da doutrina nacional, pois, se de um lado privilegiava a segurança jurídica, de outro simplesmente ignorou a possibilidade da existência de fraudes, deixando à míngua o exequente.

Regulando a matéria posteriormente – sendo, portanto, a norma legal aplicável – vem o CPC/2015, o qual, apesar de alguns avanços, não aplacou as discussões e críticas destinadas à regulamentação do diploma processual anterior; ao contrário, trouxe novas discussões e celeumas.

O CPC/2015 de fato trouxe modificações e avanços, como a distinção dos bens, para fins de fraude à execução, entre sujeitos a registro e não sujeitos a registro, mas não foi capaz de eliminar todas as dúvidas existentes sobre a questão. Assim, não aprimorou o sistema processual ao ponto de dar plena segurança jurídica ao adquirente, nem protege de maneira eficiente o direito do exequente.

Além disso, pela inovação trazida pelo § 2º do artigo 792, os cuidados que o terceiro-adquirente deve tomar - obtenção das certidões pertinentes – ao comprar um bem de baixo valor, mas não sujeito a registro, como, por exemplo, uma geladeira, são muito maiores do que aqueles que deverá ter ao comprar um imóvel, sabidamente um bem de valor considerável, simplesmente porque este é sujeito a registro público. Há, de certo modo, um contrassenso na norma.

Desse modo, o § 2º traz um problema interessante, relacionado às aquisições corriqueiras do comércio: caso uma rede de lojas varejistas entre estado de insolvência, todas as alienações de móveis e eletrodomésticos que fizer a seus consumidores serão consideradas em fraude à execução, já que nenhum consumidor diligenciará atrás das certidões pertinentes?

Outra questão relacionada ao § 2º refere-se aos custos de transação e à provável impossibilidade de plena segurança em alguns negócios jurídicos, além da imposição de dificuldades à realização de algumas transações.

Considere-se a hipótese da aquisição de um maquinário industrial usado. Neste caso, o adquirente deverá diligenciar atrás de certidões pertinentes, mas, e se o vendedor pessoa jurídica tiver diversas filiais? Se tiver contra si várias demandas, deverá o adquirente comparar o valor das possíveis condenações, a possibilidade de êxito dos autores e comparar com todo o patrimônio do vendedor, para saber se ele é solvente? Como se vê, o CPC/2015, além de não resolver o problema clássico da fraude à execução (alienação de bens imóveis) ainda traz a possibilidade da existência de um complicador às relações comerciais.

Avaliando a questão por outro vetor, nota-se que o CPC/2015 também não trouxe a tão almejada segurança jurídica aos negócios imobiliários. Com efeito, os incisos I, II e III, do artigo 792, de índole objetiva, dependem do registro da constrição – quanto a estes não há dúvida – residindo o problema no inciso IV.

Como poderá o adquirente saber que não existe nenhuma demanda contra o devedor que possa reduzi-lo à insolvência? Quais as cautelas que deverá adotar para ter certeza *absoluta* que sua aquisição será preservada? O CPC/2015 não responde estas dúvidas.

Com efeito, a existência da demanda contra o devedor à época da realização do negócio jurídico é tanto complicador ao adquirente sob a vigência do CPC/2015 quanto o era sob a égide do CPC/1973. Embora o terceiro possa alegar sua boa-fé, não há uma *certeza* da higidez da aquisição, nem que jamais poderá ver seu bem expropriado.

De fato, quem compra um bem imóvel pretende não só a certeza de que permanecerá na propriedade do bem, mas também que a sua posse será pacífica, e que não terá que defendê-la judicialmente. Assim, o fato do comprador precisar contratar advogado, interpor embargos de terceiro, esperar o moroso processo judicial – cujo resultado é incerto – é uma situação totalmente indesejável ao sistema, e, sobretudo, ao próprio adquirente. Quem compra um imóvel não quer qualquer incomodação posterior, inclusive ter que se defender em juízo por conta da aquisição.

Vista a questão por outro viés, percebe-se que o CPC/2015 também não foi capaz de trazer a desejável pacificação às discussões doutrinárias sobre o tema: ainda existe a possibilidade de interpretações diversas e antagônicas.

Assim, ainda subsistem três interpretações possíveis em relação à hipótese encartada no inciso IV do artigo 792, em relação a bens sujeitos a registro.

A primeira corrente doutrinária, mais restritiva, primando pela segurança jurídica, defende que é imprescindível, para a ocorrência de fraude à execução, a existência de averbação, baseada na interpretação conjunta dos incisos do artigo 792.

Interpretando a exigência de averbação de maneira diversa, a segunda corrente, em consonância com a jurisprudência até então majoritária do STJ – sob a égide do CPC/1973, registre-se – defende que a averbação é prescindível, mas valoriza a boa-fé do terceiro-adquirente. Assim, para esta linha de pensamento, inexistindo o registro da constrição judicial, caberá ao exequente que pretende ver reconhecida a fraude à execução com base no inciso IV provar a má-fé do terceiro-adquirente. Esse raciocínio se dá até por exclusão, em interpretação



*contrario sensu*, pois estes bens não estão sujeitos ao § 2º e aos deveres que ele impõe aos adquirentes.

Por fim, há ainda uma terceira posição doutrinária possível – a qual é, inclusive, majoritária até o momento – primando pela efetividade da execução e pela valorização dos atos emanados do Estado-Juiz. Assim como a segunda, esta corrente entende como dispensável a existência de averbação, mas entende que o § 2º deve ser interpretado de maneira extensiva, pois não é razoável se crer que o CPC/2015 traria exigências maiores para a compra de uma geladeira, ou qualquer outro bem deste nível, do que para a compra de um imóvel de elevado valor, cabendo ao terceiro-adquirente comprovar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição do bem.

Conclui-se, assim, que o CPC/2015, embora pudesse, não eliminou as diferentes posições doutrinárias acerca da questão do terceiro-adquirente de bem imóvel em relação à fraude de execução prevista no inciso IV do artigo. 792, ao contrário, elas se amplificam.

Por outro lado, também se nota que o CPC/2015 traz um retrocesso em relação à proteção do exequente. Enquanto no CPC/1973 o exequente poderia averbar o protocolo da execução no registro do bem, o diploma atual exige que aguarde o recebimento da execução pelo magistrado, o que causa demora na providência possível de adoção pelo credor para proteger seu crédito, dando margem para a ocorrência de fraudes nesse ínterim.

É, de fato, um contrassenso que o CPC/2015 exija do exequente, para se proteger de fraudes à execução – como se defendeu anteriormente – a adoção das cautelas necessárias, com a averbação da existência da demanda no registro do bem, se, ao mesmo tempo, dificulta essa averbação (que é benéfica até para os adquirentes, que poderão conhecer da demanda simplesmente ao investigar a matrícula do bem). Há uma incoerência sistemática, prejudicando sobremaneira a já combalida figura do exequente.

De todo o modo, da análise das alterações legislativas promovidas no ano de 2015, em conjunto com a avaliação da jurisprudência do STJ, conclui-se que, no caso de bem sujeito a registro, a posição a ser adotada é a que entende dispensável a averbação no gravame no registro do bem. Contudo, a prova da má-fé do terceiro adquirente – sua ciência em relação à demanda que poderia conduzir o executado à insolvência – ficará a cargo do exequente, inexistindo o devedor do comprador diligenciar atrás de certidões para poder ser considerado de boa-fé, bastando, para tanto, que investigue a matrícula do bem.

Entretanto, quando se tratar de bem não sujeito a registro, a solução é diversa: incumbe ao adquirente, por expressa previsão legal, a obtenção das certidões pertinentes, tanto no

domicílio do vendedor quanto no local da situação do bem, devendo apresenta-las para poder ser considerado de boa-fé.

Na falta de definição legislativa sobre o conceito de “certidões pertinentes”, pode-se aplicar à aquisição de bens não sujeitos a registro o que a doutrina defendia como necessário para a caracterização de boa-fé na aquisição de bens imóveis: que o comprador obtenha as certidões de distribuidores forenses, das justiças comum (estadual e federal) e trabalhista, tendo em vista que a exigência, também, de certidões das jurisdições eleitoral e militar seria esforço injustificável, dado o diminuto número de processos militares – e a pouca probabilidade de impactarem no processo de execução civil – e a cobrança de multas eleitorais através de dívida ativa, que se sujeita a outras regras para a declaração de fraude à execução.

Em resumo, as conclusões da Súmula nº 375 do STJ, em conjunto com o tema repetitivo nº 243, não foram completamente invalidadas pelo CPC/2015, ao contrário, no tocante a bens sujeitos a registro foram confirmadas. Em relação aos bens não sujeitos a registro, contudo, agora a lei acolhe a exigência do dever de cautela do adquirente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELHA, Marcelo. **Manual da Execução Civil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; BRUSCHI, Gilberto Gomes; Nolasco, Rita Dias. A Responsabilidade Patrimonial Secundária e a Fraude à Execução do Atual CPC até o Novo CPC. **Revista dos Tribunais**. vol. 950/2014, p. 134, dez/2014.

AMARO DE SOUZA, Gelson. O Código de Processo Civil de 2015 – Procedimento na Fraude à Execução. **Revista de Processo**. vol. 249/2015, p. 203, nov/2015.

AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista de Direito Processual Civil**. São Paulo, v. 3º, ps. 95-132, jan-jun/1961.

ANDRIGHI, Fátima Nancy; GUARIENTO, Daniel Bittencourt. Fraude de Execução: O Enunciado 375 da Súmula do STJ e o Projeto do novo Código de Processo Civil. IN: ARRUDA ALVIM NETO, José Manoel de *etl al* (coords.). **Execução Civil e Temas Afins – do Código de Processo Civil de 1973 ao novo Código de Processo Civil: Estudos em Homenagem ao Prof. Araken de Assis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ASSIS, Carlos Augusto de. Fraude à Execução e Boa-fé do Adquirente. **Revista de Processo**. vol. 105/2002, p. 220, jan-mar/2002

BITTENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal – Parte Especial. Vol. 3**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORGES, Marcus Vinícius Motter; LAMY, Eduardo de Avelar. A responsabilidade do exequente pela averbação indevida do ajuizamento da ação e sua previsão no novo CPC. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; BRUSCHI, Gilberto Gomes; CHECHI, Mara Larsen; COUTO, Mônica Bonetti (coord.). **Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC: estudos em homenagem ao professor Araken de Assis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 236.

BOTTO MUSCARI, Marco Antonio. Presunção de Má-fé nas Transações Imobiliárias? **Revista de Direito Imobiliário**. vol. 63/2007, p. 287, dez/2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Emendas ao Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_emendas?jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?idProposicao=490267&subst=0](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas?jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?idProposicao=490267&subst=0). Acesso em 02/11/2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Emenda do Deputado Vicente Cândido ao Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=955415&filena me=EMC+782/2011+PL602505+%3D%3E+PL+8046/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=955415&filena me=EMC+782/2011+PL602505+%3D%3E+PL+8046/2010). Acesso em 02/11/2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Redação Final do Novo Código de Processo Civil. Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?codteor=1246935&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+8046/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B305607C7B30618E3C0CE38F25469DD1.proposicoesWeb1?codteor=1246935&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+8046/2010). Acesso em 02/11/2016.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 166/2010. Novo Código de Processo Civil: Anteprojeto. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=79547&tp=1>. Acesso em 01/11/2016.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 166/2010. Novo Código de Processo Civil: Redação Final. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=85510&tp=1>. Acesso em 01/11/2016.

BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. **Fraude Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CHICUTA, Kiotsi. A Averbação do Ajuizamento da Execução no Registro de Imóveis. Reflexos da Alteração do Código de Processo Civil pela Lei 11.382/2006. **Revista de Direito Imobiliário**. vol. 63/2007, p. 264, jul/2007.

CORREIA, André de Luiz; FLEURY, Rodrigo Ribeiro; SILVA NETO, Luis Antonio de Gama. O Exequente no Novo Código de Processo Civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**. vol. 70/2015, p. 169, out-dez/2015

CURY BICACILHO, Rodrigo. Permuta Imobiliária e Fraude de Execução. **Revista dos Tribunais**. vol. 963/2016, p. 379, jan/2016.

DIDIER JUNIOR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1**. 17ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

DIDIER JUNIOR, Fredie; *et al.* **Curso de Direito Processual Civil – Vol. 5 Execução**. Salvador: Jus Podivm, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil. Vol. IV – Execução**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

ERPEN, Décio Antônio. A Fraude à Execução e o Desprestígio da Função Jurisdicional. **Revista dos Tribunais**. vol. 672/1991, p. 80, out/1991.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil Teoria Geral**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERRARI NETO, Luiz Antonio. Fraude Contra Credores Vs. Fraude à Execução e a Polêmica Trazida pela Súmula 375 do STJ. **Revista de Processo**. vol. 195/2011, p. 209, mai/2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 2 – Teoria Geral das Obrigações**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO, Leonardo. A Execução e a Efetividade do Processo. **Revista de Processo**. vol. 94/1999, p. 34, abr-jun/1999.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Execução**. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Direito Processual Civil Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

\_\_\_\_\_. José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros; FRANÇA PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro. **Curso de Direito Civil – Vol. 1**. 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOURA, Mário Aguiar. Fraude de Execução Pela Insolvência do Devedor. **Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos**. vol. 2, p. 698, jun/2011.

ROCHA MENDES, Lucas. **Averbação premonitória: alterações impostas pelo CPC/2015 e questões controvertidas**. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/157188>. Acesso em 24/10/2016, 21h46.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil Parte Geral**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental do Agravo em Recurso Especial nº 712.691/RS, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 22 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Precedentes da Súmula nº 375. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013\\_33\\_capSumula375.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_33_capSumula375.pdf). Acesso em 05/11/2016.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 437.184/PR, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 518.678/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 16 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 655.000/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23 de agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 907.941/MS, Relator Ministro Castro Meira, Quarta Turma, julgado em 20 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 944.250/RS, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 7 de agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 1.209.807/MS, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15 de dezembro 2011.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 1.324.308/PR, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 26 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Recurso Especial nº 1.496.989/SC. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 05 de fevereiro de 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade Recurso Especial nº 3.090/DF Relator Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, liminar julgada em 11 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ação Direta de Inconstitucionalidade Recurso Especial nº 4.048/DF Relatora Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, liminar julgada em 14 de agosto de 2008.

TELHADA, Ana Paula Jardim. Averbação Premonitória à Luz da Súmula 375 do STJ. **Revista de Direito Imobiliário**. vol. 74/2013, p. 291, jan-jun/2013.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Vol. III Execução Forçada, Processo nos Tribunais, Recurso, Direito Intertemporal**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil Parte Geral**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 2 Execução**. 15ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.